

Universidade de São Paulo.

Jorge Luis Barbaro Junior.

**Crise na Atividade Industrial Brasileira, uma Questão
Geográfica e Geopolítica.**

São Paulo

2022

Jorge Luis Barbozo Junior.

**Crise na Atividade Industrial Brasileira, uma Questão
Geográfica e Geopolítica.**

Trabalho apresentado no curso de geografia da Universidade de São Paulo

Orientador: Professor. Dr. : André Roberto Martin.

**São Paulo
2022**

AGRADECIMENTOS:

Devo agradecer primeiramente a Universidade de São Paulo por proporcionar uma experiência única em minha vida, onde pude experimentar através do convívio com os meus colegas experiências das quais levarei para o resto de minha vida.

Devo agradecer também ao meu orientador, Professor doutor André Roberto Martins, do qual considero um mestre e amigo, convivendo com o professor aprendi muito e espero continuar aprendendo por muitos anos ainda já que também sou parte do grupo de estudos fundado pelo professor.

Também devo agradecer aos colegas de faculdade, especialmente aos membros do grupo de estudos almirante Thiers Fleming, essencial para os momentos de aprendizado e reflexão diante de tempos tão extremos e intensos aos quais temos passado, nos apoiando e seguindo sempre em frente com a firmeza de podermos contar uns com os outros.

Devo agradecer também a minha família, que sempre me apoiou plenamente diante da busca do conhecimento em todas as etapas de minha vida, me apoiando incondicionalmente em meus estudos e projetos, sendo parte essencial da minha evolução intelectual e pessoal.

Por fim, espero poder um dia retribuir a sociedade com um pouco do que aprendi nesta edificante experiência como aluno de um local brilhante e inspirador e que certamente fez parte da minha formação como cidadão, com esperanças de poder mudar para melhor alguns aspectos da nossa realidade social e civilizacional.

SUMÁRIO:

INTRODUÇÃO.

CAPÍTULO 1. Uma análise sobre o papel do Estado Moderno na questão do desenvolvimento.

- 1.1. Estado moderno, razão de sua existência.
- 1.2. Observações sobre o desenvolvimento do território brasileiro
- 1.3. Contraponto ao modelo do livre mercado como fator de desenvolvimento considerando o Estado e a geopolítica.

CAPÍTULO 2. Observação dos dados em relação a atividade industrial brasileira recente.

- 2.1. Análise dos dados levantados sobre a situação industrial brasileira recente.
- 2.2. Relação da situação industrial com a economia e com as dinâmicas regionais do país.
- 2.3. Processo de crise via capital especulativo, e a importância da complexidade econômica.

CAPÍTULO 3. A importância da retomada do desenvolvimento industrial no país e a conexão geopolítica e geoestratégica neste processo.

- 3.1. Aspectos locais e globais do fomento do desenvolvimento industrial nacional.
- 3.2. As características do processo de globalização no setor industrial.
- 3.3. A importância da geopolítica nos processos industriais de alta complexidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

REFERÊNCIAS.

INTRODUÇÃO:

Este trabalho tem como objetivo específico a busca do entendimento sobre as características econômicas, políticas e sociais da crise industrial progressiva que vem se aprofundando em nosso país desde meados dos anos 80, acompanhando também as novas práticas do capital patrocinadas por uma ótica neoliberal que priorizou massivamente a ampliação das ações financeiras em detrimento da produção bem como a formação das bases, menos sólidas que castelos de areia, da movimentação do capital fictício como motor principal da economia local e global, sendo necessário assim um entendimento mais aprofundado do contexto geopolítico em que o mundo se encontra atualmente.

No ápice da crise em que vivemos nos momentos atuais de nossa história como nação, muitas questões são levantadas para se tentar entender como acabamos entrando nesta delicada conjuntura, por que os capitais industriais estagnaram no Brasil? Houve realmente um grande processo de desindustrialização ou é apenas uma crise produtiva? Quais são os impactos desta crise em nosso território? Como isto afeta o nosso desenvolvimento econômico e por consequência, social?

Estas são algumas das questões que norteiam as pretensões deste estudo, considerando sempre a análise geográfica da situação utilizando as bases de estudos de alguns autores geógrafos e não geógrafos, bem como as bases de dados colhidas ao longo de muitos anos de análise, realizadas pelo órgão IBGE, essenciais para a busca do entendimento das questões levantadas diante da realização deste estudo.

Com base no melhor entendimento, das pessoas no geral, sobre este estudo que embora tenha a pretensão de ser um trabalho acadêmico, não tem a intenção de ser puramente técnico e científico, mas sim dialético para com os autores e as situações gerais analisadas no decorrer do mesmo, sendo assim algo mais adaptado ao nosso tempo e a própria ciência já que se liga com questões que geram grandes incertezas e questionamentos, e este é afinal o papel da ciência, no limite da sua aplicação, estudar, analisar e tentar compreender a dúvida para criar elementos de análise mais precisos de nossa realidade.

Este trabalho apesar de não pretender ter uma visão totalmente positivista e equivocada da realidade, também não pretende ser algo puramente ideológico, embora uma certa carga considerável de ideologia esteja presente nas ideias e nos autores trabalhados neste estudo, algo inescapável a qualquer análise séria da realidade, mas

ainda assim, a compreensão do momento em que vivemos e os problemas que serão checados deve ser algo muito maior do que tudo isto, no limite de toda a análise, veremos que o problema não é uma simples questão política, embora se misture intimamente com ela, não é também uma mera questão estrutural, embora tenha gritantes conexões com a tecnoestrutura, nem tampouco pode ser algo explicado apenas pela questão geopolítica atual, que embarca muitos dos problemas observados pela análise, mas sim da união de todos estes elementos, tendo a geografia como o ponto de fusão de todos estes elementos e o condutor principal da análise pretendida.

Dita as características gerais que o trabalho abrange, pretende contemplar agora a estrutura a qual o mesmo estará inserido a fim de facilitar a vida do leitor, o trabalho se divide em 3 capítulos. No primeiro capítulo será apresentado a concepção fundamental do papel do estado, não somente na questão do desenvolvimento, mas também em relação ao seu teórico propósito de existência, contrapondo uma visão simplista critica promovida pelo neoliberalismo nefasto que tomou conta de parte dos discursos recentes na questão do desenvolvimento via “livre mercado”, mas também, no outro espectro a qual o trabalho se inclina, no desenvolvimentismo, será proposto um debate autocritico acerca do papel do estado na atualidade, observando a preocupante aproximação e adequação de padrão de ação, do estado brasileiro no caso, sequestrado por iniciativas de cunho privado e quase pontuais, sem dialogar diretamente com o progresso nacional.

No segundo capítulo serão observados dados relativos as atividades industriais recentes em nosso país, considerando o aspecto principal do trabalho, o estudo da progressão da crise industrial em nosso país e suas causas, será considerado também a observação da atual conjuntura de crise da produção dentro do sistema capitalista com o alavancar dos processos puramente financeiros, demonstrando os seus impactos e perigos diante de uma nova possível crise financeira global.

O terceiro capítulo será promotor do debate acerca da importância da reversão deste preocupante quadro, considerando os problemas observados nos capítulos anteriores, e conectando eles as questões estratégicas presentes no contexto do desenvolvimento nacional, as conexões com os grandes blocos econômicos presentes no mundo e a importância da compreensão das estruturas técnicas, científicas e informacionais que condicionam ou não o desenvolvimento de um país tendo o seu vínculo mais evidente observável através do desenvolvimento industrial que está ligada ao grau de influência e independência econômica do país estudado. Por fim, depois destas revisões e debates este trabalho será encerrado com as considerações finais acerca do tema de estudo proposto.

Capítulo 1. Uma análise sobre o papel do Estado Moderno na questão do desenvolvimento.

1.4. Estado moderno, razão de sua existência.

Analizar a situação atual em que se encontra as diretrizes do Estado, seu funcionamento e seu conjunto de ações demonstra ser um exercício bem complexo, pois na Representação do Estado, em si, é algo um tanto quanto complexo. O poder político e o poder econômico muitas vezes se confundem nesta estrutura tomando conta da análise geral dos quadros, esquecendo-se, de forma bastante singular, a razão de ser do Estado e seu propósito junto as sociedades e aos processos democráticos.

É bem claro que qualquer pessoa, por mais ilustre que possa ser, ocupando uma cadeira elegível e representando a vontade de seus eleitores, não será maior que a estrutura de funcionamento e não se perpetuara, por mais que alguns desejassem, a estrutura Estado em seu verdadeiro propósito representa a base de funcionamento continua da sociedade e ninguém poderia substituir o seu simbolismo e suas ações, isto fica reservado a outros tempos históricos, onde outros modelos de civilização eram praticados, como o absolutismo, onde a figura do monarca dirigente era o grau máximo de representação e identidade de uma nação, cabia a ele as decisões cruciais da nação, o Estado, em teoria, ocupou este lugar através da representação política da vontade do povo, assim se presume seu funcionamento adequado apesar de sabermos que muitas situações políticas e sociais conturbam o propósito inicial daquilo que se estabeleceu como a visão do estado como regulador e mantenedor da organização social plena independente da visão ideológica que ocupe a cadeira operacional do mesmo.

É importante observar que não existe um modelo definitivo do que seria o entendimento perfeito do que é o Estado e quais são as suas ações diretrivas, o que temos são interpretações e modelos, mesmo por que, o Estado como ideia e estrutura é um objeto em constante mudança, adaptação e evolução mas podemos conjecturar quais seriam as suas funções, inicialmente, a partir das ideias do livro “Teoria do Estado” de Hermann Heller, que pode encaminhar uma boa explanação para o início desta complexa discussão. Dentre as várias discussões presentes no livro vale a pena destacar um trecho específico em que Heller exemplifica de uma forma metafórica, mas muito reveladora o funcionamento e o porquê da existência do Estado.

As ações que o estado exerce, como causa, dentro do todo social determinam-se com a mesma objetividade que as funções que possuem certos órgãos no organismo animal ou vegetal para a nutrição, reprodução ou defesa. O causal e o teleológico não constituem oposições de princípios na compreensão da realidade social. Não é possível o Estado sem a atividade, conscientemente dirigida a um fim, de certos homens dentro dele. Os fins estabelecidos por esses homens atuam causalmente sobre outros homens como elementos motivadores das suas vontades. A realidade do estado, que se deve supor aqui como unidade, consiste em sua ação ou função, a qual, assim como ela, não precisa que seja querida como fim, nem por todos os membros nem mesmo por um só. O Estado existe unicamente nos seus efeitos. (Heller, 1968, páginas 243 e 244).

Neste trecho o autor categoriza a ação estrutural do estado no sentido de seu propósito fundamental como agente regulador da manutenção, proteção e reprodução da vida social, este portanto é o seu objetivo principal, a regulação, através dos aparatos democráticos, sabemos que existem muitas deturpações, principalmente em nossos tempos, mas é importante ressaltar o objetivo e o propósito da existência do Estado, contrapondo visões simplistas e fragmentadas do conceito profundamente complexo. Mais adiante, neste mesmo trecho do livro existe uma explicação complementar que se refere a função do estado e que vale a pena ser destacado para o entendimento dos temas deste trabalho.

A ação objetiva do Estado sobre homens e coisas é separável de atos físicos do seu nascimento e pode explicar-se, por isso, sem levar em conta o seu nascimento psicológico, como conteúdo objetivo de sentido. Enquanto ação objetiva, a função imanente do Estado distingue-se claramente tanto dos fins subjetivos e missões que lhe atribuem as ideologias de uma parte dos seus membros, como de quaisquer atribuições de sentido de caráter transcidente que se refiram ao seu fundamento jurídico. (Heller, 1968, página 244).

Neste trecho, Heller exemplifica a função do Estado, onde o seu funcionamento deve ser entendido de forma que as constantes mudanças de representação democrática e conduta jurídica não possam deformar o seu real sentido de existência, que não pode, em teoria, sofrer influência destes campos, sendo o estado algo a ser preservado de maneira diferente e perpétua, dando base ao legítimo estado de direito democrático uma das suas fundamentações de existência.

É notável, porém que a realidade tende a deturpar estes conceitos, que em termos teóricos são a base de qualquer sociedade democrática moderna, o problema ocorre

quando a aplicação desta conceituação de Estado é deturpada e usada de forma fisiológica na política, este não é o real propósito do Estado sendo está uma flagrante deturpação daquilo que se pensou sobre o conceito e a estrutura do Estado em sua prática.

Recentemente ocorreram discussões acaloradas sobre as direções que devemos adotar quanto ao papel do Estado em nosso país, diz-se de maneira bem geral e rasa que a questão primordial a ser discutida é mais interferência estatal ou menos interferência, nas questões de estrutura, economia e mercado, esquecendo-se da razão da existência do mesmo, esquecendo o debate metodológico sobre o tema e os processos de manutenção cabíveis de cada caso.

A geografia nos mostra que ao longo da história Estados Nacionais utilizaram habilmente o estado como agente estruturante do progresso econômico e social de suas nações, de forma direta e indiretamente, contrapondo a visão simplista neoliberal que acusa qualquer forma de proatividade estatal como algo maléfico, isto não é algo verdadeiro, o Estado é sim um agente do desenvolvimento e progresso de uma nação a questão a ser discutida é em relação a metodologia e não se é viável o intermédio do mesmo em assuntos econômicos e estruturais ou não, está é uma discussão vazia e sem sentido.

Mas é claro que não se pode desconsiderar que a influência do capital também transparece dentro das estruturas estatais, deixando de lado aquela ideia de agente regulador da sociedade, tornando-se uma extensão de mercado, dominado geralmente por pequenas parcelas da sociedade, podendo tornar muitas vezes um país em apenas um Estado fantoche, como foi observado muitas vezes na história, neste caso começamos a contemplar a geopolítica presente na questão do Estado que vai além, propriamente, da questão da defesa, entra em contato com a questão da soberania de um povo, sobre este pensamento é importante observar o trecho do livro “Ascensão e Declínio do Estado” de Martin Van Creveld, sobre alguns casos ocorridos na América Latina de interferência externa a soberania nacional, subjugando o Estado ou o tornando apenas simbólico, devemos considerar também que a própria análise de certa forma diz que nos países desenvolvidos como Estados Unidos da América e Inglaterra a situação metodológica do propósito de Estado é mais correta, o que não é propriamente uma verdade, existem também muitas contradições nestes países considerados mais desenvolvidos, onde podem apresentar as mesmas deficiências metodológicas observadas na América Latina, é necessário cuidado ao caracterizar o que se supõe certo e errado.

Em contraste marcante com a situação nos Estados Unidos e nos domínios britânicos, a construção dos Estados da América Latina só teve êxito até certo ponto. Com poucas exceções, a maioria não conseguiu incluir todo o povo sob o regime do estado de direito nem implantar um firme controle civil sobre os militares e a polícia, nem encontrar um equilíbrio duradouro entre a ordem e a liberdade. Do ponto de vista externo, é evidente que as invasões sofridas por Granada em 1983, Panamá em 1989 e Haiti em 1993 (para não falar do papel da CIA no Chile ainda em 1973) são apenas os mais recentes de uma longa série de lembretes de que a soberania dos menores é, em todo caso, condicional à boa vontade do Grande Irmão e depende dela.(Van Creveld, 2004, pg 451)

O trecho também nos mostra um outro problema atuante em relação ao Estado que reafirma a complexidade de análise, fugindo do simplismo midiático destes tempos e de revisionismos sem critério, puramente panfletários, a ação do imperialismo, esta será analisada com maior critério mais adiante neste trabalho, pois nela, existem inúmeros aspectos ligados á esta questão, e mesmo neste trabalho, muitos não poderão ser completamente abordados em todas as suas complexidades.

Retornando ao tema Estado, o livro de Norberto Bobbio, "Estado, Governo, Sociedade, para uma teoria geral da política" Existe um trecho que nos mostra, segundo Bobbio, que o estado é representado, em termos estruturais e filosóficos, pelo viés econômico, ideológico e político que determinam a consistência das ações do estado para o progresso e para regresso, dependendo das conjecturas formadas por estes elementos, como pode exemplificar melhor o trecho extraído do livro a seguir.

Do ponto de vista dos vários critérios que foram adotados para distinguir as várias formas de poder, a definição do poder político como o poder que está em condições de recorrer em última instância à força (e está em condição de fazê-lo porque dela detém o monopólio) é uma definição que se refere ao meio de que se serve o detentor do poder para obter os efeitos desejados. O critério do meio é o mais comumente usado inclusive porque permite uma tipologia ao mesmo tempo simples e iluminadora: a tipologia assim chamada dos três poderes – econômico, ideológico e político, ou seja, da riqueza, do saber e da força. (Bobbio,1987, pg 82).

Para Bobbio, a existência destas três formas contribui para instituir e para manter sociedades de desiguais divididas em fortes e fracos com base no poder político, em ricos

e pobres com base no poder econômico, em sábios e ignorantes com base no poder ideológico, nas palavras do autor de forma resumida, segundo o próprio, dividindo as “classes” em superiores e inferiores. Este pensamento permite a reflexão de que o Estado como é pensado e desenvolvido, representando o capitalismo burguês, ou mesmo representando uma corrente mais progressista, aliadas a ideais Marxianos, pode apresentar contradições, contradições estas com alta capacidade de divisão interna entre aqueles que dirigem a nação e a população em geral, este é um pensamento que, sem dúvidas, não deve ser ignorado, mas ele certamente faz parte de algo maior, se relaciona diretamente com o tipo de sociedade construída, não sendo apenas papel formativo do Estado unicamente. Considerando este pensamento, se o poder em si, representado pelo Estado pode deturpar as relações de poder, a sociedade tem o direito e o dever de realizar a crítica ao modelo e cobrar mudanças.

Considerando todos estes pensamentos em relação ao Estado, começo neste momento a relacionar o papel do mesmo com a proposta de estudo deste trabalho, e com a situação de mundo que estamos vivendo em tempos atuais. As correntes neoliberais de pensamento econômico propagam o pensamento de que o Estado é ineficiente para lidar com o desenvolvimento de uma nação e que todo e qualquer projeto idealizado por ele está sujeito a práticas corruptas, em parte algumas críticas são parcialmente verdadeiras, mas o “remédio” que esta corrente propõe é simplesmente sem fundamento.

Decretar o chamado “Estado Mínimo”, tendo a crença de que assim a nação se desenvolverá embalada pelas ações do livre mercado, é um erro, se considerarmos que no livre mercado existem práticas altamente corruptas e que o livre mercado não se preocupa com as grandes aflições emergenciais de uma nação, pode-se deduzir que está certamente não é a solução, é apenas um equívoco usado de forma muito mal-intencionada por aqueles que dominam o mercado financeiro e o uso do capital fictício, trabalhando para o lucro próprio, sem considerar a situação geral do país e nem mesmo a própria estrutura funcional da organização a qual representam, tendo em vista que teoricamente possuem funcionários e a situação geral do país afetará diretamente estes.

Por outro lado temos o pensamento Marxista, cujo o Estado, em um primeiro momento, é um mal necessário, que posteriormente deveria ser abolido com o avanço da revolução e a transição do modelo burguês de sociedade para o modelo comunista, considerando as bases filosóficas do pensamento Marxiano, é algo que realmente faz sentido pois a transição de modelo permitiria uma nova forma de organização social, tal qual a ocorrida, por exemplo, nas Comunas de Paris, mas considerando a situação atual, tanto do mundo como regional, a condição para o avanço deste tipo de luta é algo muito

distante, pode-se dizer, sem pretensão de ofender ninguém, algo quase romântico, mas que de forma alguma faz com que seja abandonado os princípios de diversas reflexões e lutas do pensamento Marxiano.

Com estas considerações, e entendendo o mundo em que estamos inseridos hoje, um meio de compreender o progresso nacional bem como a melhoria da condição de vida das pessoas é o progresso industrial construído pelas ações de Estado, sendo este um dos seus propósitos, e mesmo que os liberais queiram camuflar, com a falácia de que nos países desenvolvidos o Estado atua apenas em áreas essenciais, sabe-se que não é verdade, e que tanto os EUA e os Estados Europeus tem gastos públicos consideráveis, os EUA inclusive priorizando o desenvolvimento estratégico de certas empresas privadas nacionais, os casos mais facilmente notados estão no exército americano e seu complexo industrial militar e a indústria Aérea, empresas como a Boeing e Lockheed Martin que também estão ligadas ao setor de defesa americano, dentre outras inúmeras empresas de diversos setores nos EUA, isso é realizado como atitude estratégica de domínio de mercado e expansão de influência tecnológica própria, enquanto correntes liberais americanas propagam para outros países modelos liberais, cujo o foco é a pouca interferência estatal na economia e no desenvolvimento de estruturas fazendo estes países abraçarem através da globalização estruturas e tecnologias provindas dos próprios EUA ou países com grande projeção industrial própria, é uma fina sintonia que ajusta o grau de influência desta nação com outros países, uma ação tipicamente imperialista, mas não escancarada, algo que só pode ser checado “entre as linhas”.

Os Estados Asiáticos também são um grande adepto a utilização do estado como fomento do desenvolvimento industrial de ponta, a China faz isto de forma magistral, sendo um dos países que mais crescem no mundo, ano após ano, provavelmente ultrapassará o grau de produção americano nos próximos anos, o que não indica propriamente que o sistema seja ideal, já que sabemos que o grau de exploração do trabalhador chinês é bem elevado e o Estado permite isso, este é um dos exemplos de contradições que o Estado pode promover como vimos mais acima nas questões metodológicas levantadas com o auxílio dos autores.

A Coreia do Sul é um outro importante exemplo, ela não só abraçou o desenvolvimento industrial como meta, como por causa disto desenvolveu seu sistema educacional de forma mais elevada, financiando o setor e desenvolvendo métodos adequados em relação ao seu modelo de produção, e mesmo hoje, com toda a estrutura montada está sujeita as crises globais que afetam o sistema capitalista de tempos em tempos, estes casos demonstram o aspecto crucial do estado, como um agente

regulador, mesmo que se diga que o modelo em vigência é o liberal, o liberalismo só é pretendido como pleno nas áreas menos desenvolvidas, em termos econômicos, do mundo pois elas é que vão sustentar o verdadeiro lucro dos países com pleno desenvolvimento.

1.2. Observações sobre o desenvolvimento do território brasileiro

Como foi observado anteriormente, pode-se perceber a importância das ações do Estado para o desenvolvimento e crescimento das estruturas produtivas e de manutenção social de um país, mas este processo de análise não é totalmente completo sem considerar a formação particular de um território, e neste momento do trabalho será analisado de forma resumida, o caso brasileiro considerando alguns momentos históricos e sua característica de formação mais visíveis, as desigualdades regionais

A marca evidente deste tipo de fenômeno provém do início dos processos de industrialização do país de fato, nos anos 50 a partir de políticas públicas que incentivavam o crescimento polarizado, um trecho do livro “Desenvolvimento Regional” de Nali de Jesus de Souza, exemplifica este sistema.

Não ocorrendo a difusão do crescimento no espaço, a partir da indústria motriz, que organiza o polo de crescimento, gerador de efeitos de encadeamento e economias externas, desde o início do processo de polarização, e o crescimento desenrola-se com profundas desigualdades regionais. Quando os efeitos regressivos tornam-se superiores aos efeitos propulsores, o crescimento do centro efetua-se em detrimento do desenvolvimento das regiões periféricas. Ocorrendo o contrário, em que os efeitos propulsores superam os efeitos regressivos, como postula a teoria da polarização, o centro torna-se a locomotiva das regiões periféricas.(SOUZA, 2009, pg 160)

Mas o que se percebe, é que este fator de propulsão que a indústria pretendia para com o a totalidade do território brasileiro, não foi plenamente alcançado, mantendo diferenças de desenvolvimento gritantes de uma região para outra, com a massiva concentração de atividades econômicas nas regiões Sudeste e Sul. Segundo o mesmo livro, a participação do estado de São Paulo no PIB industrial brasileiro entre os anos de 1939 a 1980 passou de 36.4% para 47.2%, tendo o seu ápice em 1968 quando atingiu 56.8% na participação do PIB industrial, só a partir do final dos anos 60 que este número começou a diminuir, muito disso por conta de iniciativas do governo da época para promover esta desconcentração econômica do Sudeste.

Tabela 7.1 *Participação do PIB dos estados e das macrorregiões no PIB do Brasil, 1985/2006 (%)*.

Estados	1985	1990	1995	2000	2003	2006
Acre	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Amazonas	0,8	1,0	0,9	0,9	0,8	0,9
Amapá	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Pará	0,8	1,1	1,0	0,9	1,0	1,0
Rondônia	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
Roraima	0,0	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1
Tocantins	—	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
REGIÃO NORTE	2,1	2,7	2,5	2,5	2,6	2,8
Distrito Federal	0,7	0,9	1,1	1,5	2,0	2,1
Goiás	1,0	1,0	1,0	1,1	1,4	1,3
Mato Grosso do Sul	0,5	0,5	0,6	0,6	0,6	0,6
Mato Grosso	0,4	0,5	0,6	0,7	0,9	0,8
REGIÃO CENTRO-OESTE	2,6	2,8	3,3	3,8	4,9	4,7
Alagoas	0,5	0,4	0,3	0,3	0,4	0,4
Bahia	2,9	2,5	2,3	2,4	2,2	2,2
Ceará	0,9	0,9	1,1	1,0	1,1	1,1
Maranhão	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,7
Paraíba	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5	0,5
Pernambuco	1,4	1,5	1,5	1,4	1,3	1,3
Piauí	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Rio Grande do Norte	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,5
Sergipe	0,5	0,3	0,3	0,3	0,4	0,3
REGIÃO NORDESTE	7,7	7,1	7,0	7,2	7,0	7,1
Espírito Santo	0,9	0,9	1,1	1,1	1,0	1,2
Minas Gerais	5,3	5,1	5,4	5,3	4,8	4,9
Rio de Janeiro	6,9	6,0	6,3	6,9	6,1	6,3
São Paulo	19,8	20,4	19,5	18,5	18,7	18,4
REGIÃO SUDESTE	32,9	32,4	32,2	31,7	30,6	30,9
Paraná	3,2	3,5	3,3	3,3	3,5	3,1
Rio Grande do Sul	4,3	4,5	4,6	4,2	4,0	3,6
Santa Catarina	1,8	2,1	2,0	2,1	2,2	2,1
REGIÃO SUL	9,3	10,0	9,8	9,6	9,7	8,9
BRASIL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (<www.ibge.gov.br>).

PIB a preços de 2000, deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

Tabela (SOUZA, 2009, pg 165)

Este processo resultou em pequenos e bem tímidos avanços nas outras regiões brasileiras, em especial a região Norte e centro-oeste, mas observando atentamente os dados através dos anos, pode-se perceber o real problema, mesmo considerando o crescimento das regiões salientadas acima, o crescimento da participação do PIB dos estados através dos anos apresenta um crescimento muito pequeno, tendo ainda sua concentração nas regiões Sul e Sudeste, que também acabam decaendo com o tempo, denunciando assim, o foco de estudo deste trabalho, a crise na industrialização brasileira, que tem seu início acentuado a partir dos anos 80. A tabela extraída do livro de Nali de Jesus de Souza contempla um pouco desta reflexão presente, os números são preocupantes, bem como o tamanho do tempo compreendido na tabela, revelando pouco avanço industrial e diferenças regionais ainda gritantes.

Mesmo observando de forma crítica estes dados, e constatando que as diferenças de desenvolvimento regionais ainda são muito presentes, temos alguns bons exemplos de

iniciativas que tentaram reverter este quadro, uma delas, encabeçada pelo celebre economista Celso Furtado, que elaborou inicialmente o chamado GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste), que depois daria origem a SUDENE, sobre este grupo, temos um trecho que trata sobre este tema, no livro “ Nas Sombras do Subdesenvolvimento, Celso Furtado e a problemática regional no Brasil”, de Anderson César G.T. Pellegrino.

O foco da proposta de ação do GTDN era o estímulo ao processo de industrialização da Região Nordeste, caminho necessário à superação das disparidades regionais no Brasil. Em concordância com o ideário da Cepal, Furtado propõe, por meio do GTDN, que a industrialização substitua o setor exportador (agropecuário) como centro dinâmico da economia nordestina. Tal ação seria capaz de dar ao mercado interno nordestino o papel de motor da economia local, realizando a passagem, na região, do “desenvolvimento para fora” para o “desenvolvimento para dentro”. Na realidade, o documento se concentra em mostrar que é pequena a possibilidade de dinamismo no mercado interno do Nordeste quando este se mantém vinculado ao setor exportador baseado na atividade agropecuária. (Pellegrino, , pg 105)

Neste trecho é notável que o foco de atuação pensada pela GTDN seria a transformação não só da estrutura de produção, mas também de seu sistema, esbarrando no setor agropecuário, em oposição a formação das capacidades industriais, que seriam pensadas na formação de um mercado interno, regional forte e industrializado, isto certamente afetaria o setor agropecuário, pensado para a produção visando outras regiões nacionais e internacionais, tendo esta observação em mente, vemos que os problemas de desenvolvimento nacional também esbarram com interesses de agentes que participam da economia regional.

Este embate, do capital agropecuário em oposição ao capital industrial, seria observado mais adiante, em outro momento, com a tentativa de aplicação das ideias elaboradas pelo GTDN, por parte da SUDENE, que coincidiu com turbulências sociais e políticas, iniciadas muitas vezes pelo braço político dos setores de produção mais tradicionais como o agropecuário, que o país estava inserido nos meados dos anos 60, mostrando que o problema do embate dos modos de força produtiva é algo que se arrasta há muito tempo, prejudicando o pleno desenvolvimento do país e dificultando o desenvolvimento pleno das diversas regiões de nosso país, sendo este embate um grande tiro no pé para o progressismo nacional, como evidencia um trecho retirado do livro já citado acima neste trabalho.

A efetiva promoção da reforma agrária na região Nordeste, peça-chave na estratégia de desenvolvimento proposta pelo GTDN, foi tratada de maneira secundária à época do I e II Planos Diretores da Sudene. Para Moreira, essas dificuldades enfrentadas pela Sudene, para pôr em prática o reformismo do GTDN, estavam diretamente relacionadas a dois fatores: o primeiro se refere ao fato de que o projeto sofreu pressões por parte dos setores mais tradicionais, que o viam com certa reserva, já que necessariamente determinaria uma perda do poder relativo destes mesmos grupos tradicionais (sobretudo o agrário); e o segundo está relacionado ao fato de que o início da atuação da Sudene coincidiu com os primeiros sintomas da crise nacional, com acentuada baixa das inversões e, no campo popular, com o avanço e a radicalização das massas em todo o país. (Pellegrino, , pg 113)

Com este quadro observado, os elementos de crise no desenvolvimento nacional, em relação a atividade industrial, estavam postos, as contradições geradas por este modelo de produção, interferências políticas lobbistas e a conturbada situação social devido ao início das articulações do golpe de 64 remodelaram o grau de aplicação daquilo que se pensou na GTDN, formulada por Celso Furtado.

O momento depois do golpe era de incentivo a produção nacional, mas mantendo a mesma ótica do crescimento polarizado das regiões, que contribuiu ainda mais para o aumento das diferenças de desenvolvimento regional em nosso país, e não promoveu a integração e consolidação de um mercado interno forte entre as regiões do país, mesmo que este fosse o intuito principal, o modelo apenas manteve a hegemonia industrial das regiões Sul e Sudeste, com poucas iniciativas de despolarização, encabeçadas por órgãos como a Sudene e a Sudam.

O crescimento das regiões metropolitanas mais industrializadas, segundo os estudos de Paul Singer em seu livro “Globalização e Desemprego, diagnósticos e alternativas”, que nos mostra um estudo de caso da ação industrial em São Paulo, é notável que o setor já se encontrava em crise nos anos 80, e isso pode ser observado mesmo nas regiões de maior industrialização, mesmo assim, observa-se um crescimento entre 1981 a 1985 de 2,45% ao ano, fato que não ocorreria mais posterior ao ano de 85, sendo oficialmente neste período o início da crise no setor industrial que se agravia nos anos 90, a partir de decisões políticas em relação a abertura do mercado brasileiro aos produtos importados, medida que existia até então como um certo protecionismo estratégico estatal, isto está representado em um trecho do livro de Singer.

Não há dúvida de que o motor do crescimento metropolitano já era então muito mais o terciário (Serviços) do que o secundário (a Indústria de Transformação). A reversão completa da tendência se dá em 1985-93, quando o número total de ocupados só se incrementa em 347,3 mil e a Indústria de Transformação apresenta uma perda líquida de 320 mil postos de trabalho. Outro setor que reduz acentuadamente o número de ocupados é Outras Atividades: nada menos que 134,1 mil postos de trabalho são eliminados. Indústrias e bancos aplicam inovações técnicas que poupam trabalho. Além disso, a indústria já se encontra sob a pressão dos produtos importados, obrigando-a a cortar custos de qualquer modo, o que se exprime em redução violenta da mão de obra. Não custa recordar que em 1989-92 o Brasil passou por severa recessão, com queda de 5% do produto total e de 13,22% do produto industrial. Crise industrial e desindustrialização coincidem nestes anos e seus efeitos combinados se traduzem em queda vertical da ocupação no setor. (Singer, 1999, páginas 39 e 40)

Neste trecho é possível observar o início do processo de crise industrial, bem como a tomada do setor de serviços como o carro-chefe do crescimento nas cidades, algo que continuaria em tendência, atravessando a redemocratização, e todos os governos democráticos até então, acentuando as diferenças regionais, processo que somente seria um pouco amenizado com a política de melhorias de distribuição de renda do governo Lula, mas algo que não reverteu o processo de crise industrial, pelo contrário apenas o acentuou uma vez que o setor financeiro, baseado em lucro especulativo imediatista e capital fictício tomou as frentes estruturantes do país, substituindo a produção industrial como motor de desenvolvimento e contribuindo para a complexidade do quadro atual em que estamos inseridos.

O grau de complexidade de análise deste quadro é tão grande que utilizando a teoria dos dois circuitos da economia urbana, elaborada por Mílton Santos, torna a categorização de cada quadro, superior e inferior mais simbiótico, de certa forma, nos dias de hoje, uma vez que o grau de acesso à tecnologia, ao menos nos grandes centros urbanos, é amplo. Mas o trabalho neste processo é altamente segmentado e inacessível para aqueles que não possuem indicação ou formação adequada, e mesmo que façam parte do setor operacional de uma grande multinacional, categorizada no circuito superior da economia, estes realizam o trabalho, mesmo estando nestas empresas, com características do circuito inferior da economia, ou até mesmo piores, pois ainda sim, no circuito inferior da economia deve-se obedecer uma série de normas legislativas que podem proteger o trabalhador de diversas situações de risco, fora o trabalho familiar que permite uma inserção a economia capitalista diferenciada de uma empresa padrão.

Considerando que estes trabalhadores, inseridos nas grandes empresas do capital neste momento, pertencentes ao circuito superior da economia urbana, não possuem nenhuma proteção por parte destas mesmas empresas, é o caso por exemplo da Uber e de mais outras empresas que exploram estas deformações do capital moderno, com este mesmo método, onde tem-se a impressão de que o trabalhador operacional também é um dos participantes da empresa, o que nem de longe é a verdade.

1.3. Contraponto ao modelo do livre mercado como fator de desenvolvimento considerando o Estado e a geopolítica.

Observando os tempos atuais, percebemos em nossa política econômica nacional um forte apelo para a implementação de ideais liberais extremas, onde o mercado seria o agente motor e estruturante e não mais o Estado, tendência está que alguns analistas dizem ser inspiradas em outros países, que segundo eles, elevaram o nível de organização, estrutura e poder econômico.

O que estes analistas desprezam é que países estruturados neste momento histórico se esforçam para criar e manter medidas protecionistas, que tem o propósito de fortalecer primeiramente seu mercado interno e seu grau de influência econômica no mundo, sendo isso por definição uma medida de Estado e não de mercado, que se relaciona ao espaço e ao território, afinal a única instituição que pode de fato influir sobre estes dois de forma completa é o Estado.

Com este pensamento introduzido aos processos de globalização, percebemos que o Estado, como agente regulador, além de promover a manutenção e funcionamento das estruturas da nação em que é formado, tem a capacidade de dominar outros territórios pela capacidade produtiva, uma vez que a capacidade produtiva e expansão de mercado nos países mais desenvolvidos é uma questão estratégica, formando assim um fluxo contínuo na cadeia produtiva que irá promover toda uma rede de estruturas de circulação e distribuição, é exatamente neste meio que se pode encontrar a geopolítica presente nas dinâmicas e transações econômicas do mundo moderno, onde os países mais industrializados, mais adeptos a produção de tecnologia, ditam as regras sobre os países mais voltados a exportação de bens primários e em crise industrial, como é o caso brasileiro.

Sobre esta ideia podemos encontrar um trecho do livro “Espaço e Método”, de Mílton Santos, que pode complementar esta observação, tendo em vista os fatores de

circulação e distribuição do produto no território, seus impactos e a influência das corporações no meio, tanto a nível regional como global.

O uso seletivo do espaço se daria sobretudo através desse processo, uma vez que, nas condições atuais de circulação rápida do capital, isto é, pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, isto é, nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político. Assim, quanto maior a distância entre possibilidades reais de circulação das firmas em presença e tanto maior será a pressão para que a rede de transportes e comunicações seja adequada às mais fortes, facilitando-lhes a concorrência com as demais e, desse modo, aumentando sua força. Não basta produzir muito. Uma vez que a área de mercado tem tendência a ampliar-se e se estender-se a todo o território da nação, ou, mesmo, para além dele, é indispensável transformar as massas produzidas em fluxos, para reaver o dinheiro investido e reiniciar o ciclo produtivo. Quem o fizer mais rapidamente, terá condições para tornar-se mais forte.(Santos,1997, páginas 62 e 63)

Pode ser percebido neste trecho que o mercado está presente no território exercendo um poder, um poder que pode impactar diretamente as estruturas locais de circulação e produção, além de promover a formação de fluxos que irá reabastecer o capital investido por sua sede em seu headquarter, em todos estes processos, apesar de parecer pura e simplesmente uma ação de mercado, não se pode dizer que o Estado não está presente, seja pela sua concordância, montando as estruturas para que as corporações monopolistas tenham a capacidade de expandir as suas operações, ou condicionando o crescimento e expansão destas corporações para outros estados nacionais, além do seu local de origem, neste sentido a geopolítica não poderia estar mais evidente, uma vez que conquistas de fatias de mercado no mundo globalizado moderno, é uma conquista de poder e expansão.

O processo de globalização tirou um pouco desta percepção de mundo, tornou menor também a percepção dos embates geopolíticos que estão relacionados a presença ou não presença de mercado em certos territórios, pensando no instrumento de adoção de sanções as nações não alinhadas ao pensamento econômico, social e político do grupo de nações Atlantistas. Ao chegarmos no Atlantismo, por mais que a globalização faça parecer que o mundo todo está plenamente conectado há um mercado comum, onde todos tem o potencial de participar ativamente, não há como, especialmente na

atualidade, ignorar o “conflito” econômico entre os blocos de países Atlantistas e Eurasianos, onde as disputas por inovações tecnológicas e presença de mercado são evidentes, contrariando a visão liberal de que os mercados comuns uniriam o mundo de forma única, através dos processos de globalização, pelo contrário, estes processos formaram blocos antagonistas e acabaram subdividindo mercados, mostrando que a geopolítica de Estado ainda é um fator crucial na mesa de operações estratégicas.

O processo que ocorre no Brasil é mais complexo, e envolve questões ligadas ao nosso próprio meio, onde o mercado é tido como solução inquestionável aos problemas sociais e estruturais de nosso país, deixando a geopolítica de lado, bem como a penetração de qualquer bloco e mercado exterior em nosso espaço, falando-se que são agentes edificantes e geradores de milhares de emprego, sobre isto existe uma passagem no livro “Por Uma Outra Globalização” de Milton Santos, que nos revela um pouco desta característica em nosso país.

Todavia, mediante o discurso oficial, tais empresas são apresentadas como salvadoras dos lugares e são apontadas como credoras de reconhecimento pelos seus aportes de emprego e modernidade. Daí a crença de sua indispensabilidade, fator da presente guerra entre lugares e, em muitos casos, de sua atitude de chantagem frente ao poder público, ameaçando ir embora quando não atendidas em seus reclamos. Assim o poder público passa a ser subordinado, compelido, arrastado. À medida que se impõe esse nexo das grandes empresas, instala-se a semente da ingovernabilidade, já fortemente implantada no Brasil, ainda que sua dimensão não tenha sido adequadamente avaliada.(Santos, 2000, pg 68)

Com a financeirização completa do território por meio do pensamento de que as empresas privadas são as maiores responsáveis pela transformação espacial e pelo desenvolvimento estrutural e humano, temos o enfraquecimento da noção do amparo do Estado em relação a diversas questões, na mesma medida que a sociedade também abandona a visão de práticas de solidariedade para aqueles que estão marginalizados, podendo assim criar condições de desfragmentação interna, nocivas em todos os aspectos da vida humana.

A potencialidade de destruição do que se entende por “progresso” nos estudos liberais certamente é maior do que qualquer vantagem que este sistema pode proporcionar, uma vez que não se priorizaria o desenvolvimento nacional, próprio, com tecnologias próprias, com demandas de número de empregados e investimento contínuo no território, visando diminuir substancialmente as diferenças de potencialidade econômicas presentes ainda hoje em nosso território, pensadas nos estudos de celso

furtado em um passado já distante, nada disso importa a empresa global que “toma” a capacidade produtiva do território. A ela só importa a maximização do lucro, a consolidação do fluxo de e distribuição do mercado instalado, e a reversão de grande porcentagem do lucro para as suas principais sedes financeiras, tornando o mito da empresa multinacional salvadora, de fato, apenas um mito, distante de qualquer realidade.

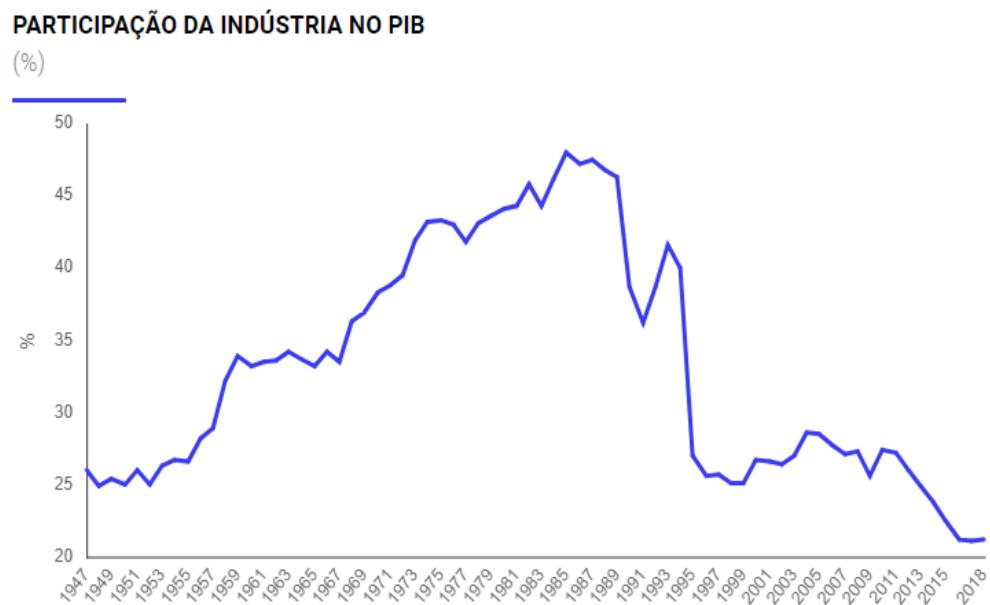
Por estes motivos, é notável perceber que somente o Estado Nacional pode realmente estruturar adequadamente um território, pensando em seus potenciais e em seus reais problemas, não há como o mercado pensar nestas coisas, pois além de visar o lucro, o mercado pode até mesmo lucrar com a instabilidade, já que ele mesmo está em meio a guerras com outros mercados, dentro e fora de sua nação de origem e dentro e fora também dos blocos aos quais eles mesmos participam, considerando todas estas coisas, relacionadas ao Estado, agora é possível passar para o próximo capítulo deste trabalho, relacionada a indústria brasileira.

Capítulo 2. Observação dos dados em relação a atividade industrial brasileira recente.

2.1. Análise dos dados levantados sobre a situação industrial brasileira recente.

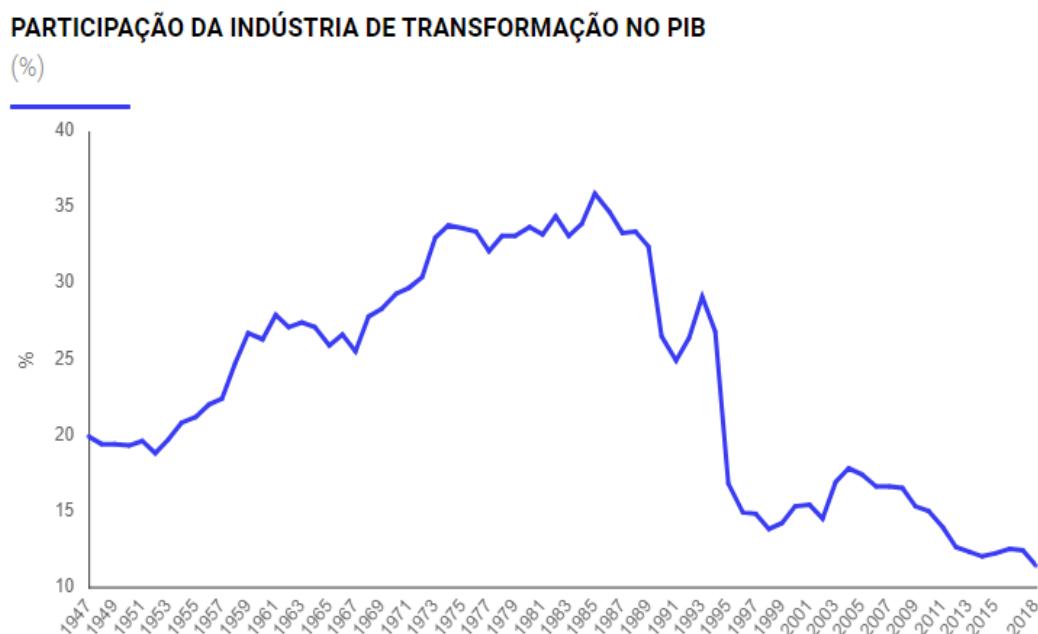
Considerando a análise das informações obtidas em diversos órgãos relacionados ao monitoramento das atividades industriais, é notável perceber que o processo de crise aparece bastante acentuado nos últimos anos, mas a queda das atividades é um processo que vem ocorrendo desde o final dos anos 80, como podemos observar nestes gráficos elaborados pela confederação nacional das indústrias (CNI), onde revelam a participação da indústria no PIB brasileiro, relacionado as indústrias em sua totalidade, onde hoje a participação no PIB é de 21,2% e as indústrias de transformação, onde a participação hoje no PIB é de 11,4%, podendo assim demonstrar o aspecto visível da estagnação e falta de crescimento neste importante setor, podendo caracterizar o que foi observado como uma crise.

Gráfico 1, Industria Total:



Fonte: CNI, com base em dados das Estatísticas Econômicas do Século XX, do Sistema de Contas Nacionais e das Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

Gráfico 2, Industria de Transformação:

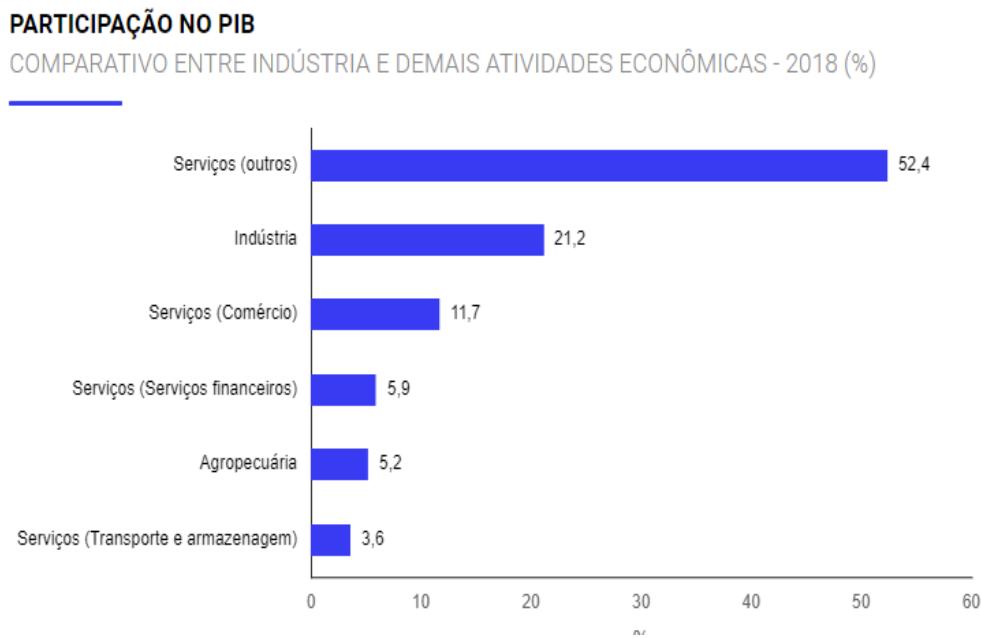


Fonte: CNI, com base em dados das Estatísticas Econômicas do Século XX, do Sistema de Contas Nacionais e das Contas Nacionais Trimestrais – IBGE

É importante observar nestes gráficos da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), que ocorreu exatamente aquilo que Paul Singer descreveu acima, no trecho retirado de seu livro, onde ele diz “Não há dúvida de que o motor do crescimento metropolitano já era então muito mais o terciário (Serviços) do que o secundário (a Indústria de Transformação). A reversão completa da tendência se dá em 1985-93, quando o número total de ocupados só se incrementa em 347,3 mil e a Indústria de Transformação apresenta uma perda líquida de 320 mil postos de trabalho.”

Este levantamento efetuado pelo autor, se completa, ao observarmos os gráficos, pois uma menor participação do PIB industrial na economia certamente teria os seus efeitos, como a perda de postos de trabalho pela falta de crescimento do setor, elevando assim o número de pessoas trabalhando no setor de serviços. Esta situação continua se mantendo inalterada até os dias de hoje, como podemos observar no gráfico abaixo, com um agravante, a tendência da menor participação da indústria através dos anos no PIB nacional, chegando a números bem baixos de representação, algo que certamente não tem um efeito positivo tanto internamente quanto externamente.

Gráfico 3, Atividades Econômicas:

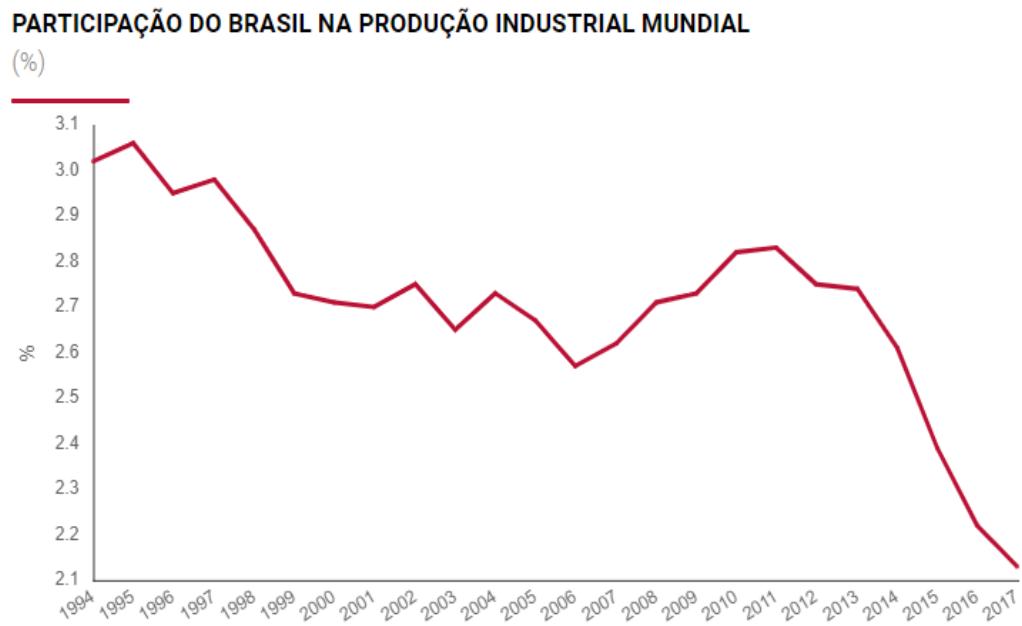


Fonte: CNI, com base em dados das Contas Nacionais Trimestrais - IBGE

É essencial observar estes dados de forma mais cuidadosa, pois eles não refletem apenas uma situação, de um setor pontualmente, estes dados refletem o nosso grau de dependência das indústrias e tecnologias estrangeiras, uma vez que o mundo cada vez mais globalizado e conectado depende essencialmente das novas tecnologias e grandes capacidades produtivas industriais para se fazer competitivo e relevante diante do sistema vigente, bem como, o fomento de sua mudança irá demandar o emprego massivo de tecnologia, que também se relaciona a geopolítica, no segmento econômico e bélico.

Considerando a geopolítica e o grau de influência das nações na economia mundial, outras informações que não poderiam ser ignoradas, está relacionada a participação da indústria brasileira no mundo, o que pode nos mostrar o grau de dependência tecnológica que temos diante do mundo globalizado aos moldes do que o capitalismo financeiro permitiu até o momento, considerando também os oligopólios já consolidados e presentes desde o início da industrialização em nosso território, que exploram nossa mão de obra, nossos recursos naturais, e nos exploram também como consumidores, tudo para a obtenção de lucro máximo as suas sedes, a análise destes dados é reveladora.

Gráfico 4, Brasil, Industria Total, participação mundial:



Fonte: CNI, Banco Mundial.

Gráfico 5, Brasil, Industria de Transformação, participação mundial:

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NA PRODUÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO

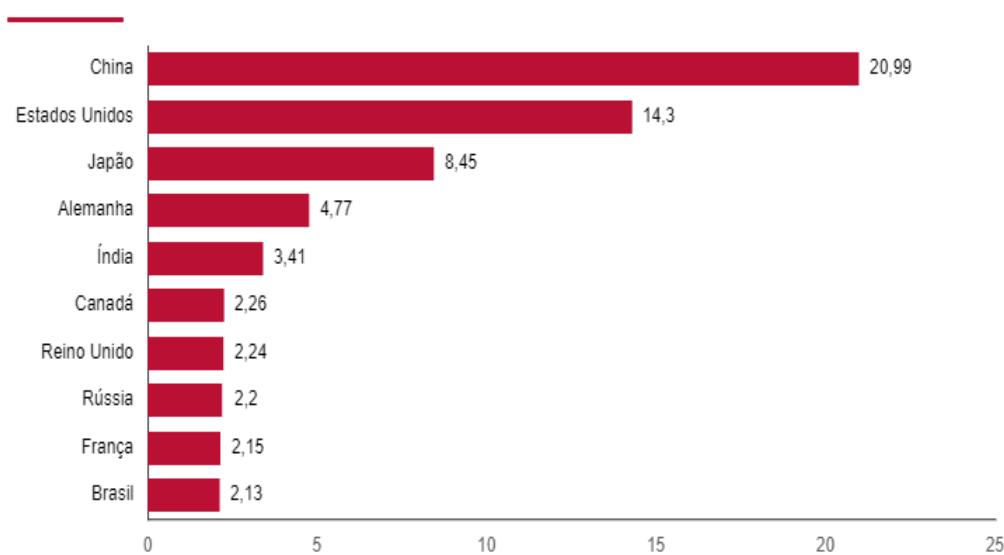


Fonte: Desempenho da indústria no mundo - CNI

Gráfico 6, Brasil, Industria Total, comparação com outros países:

10 PRINCIPAIS PRODUTORES INDUSTRIAL DO MUNDO

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO INDUSTRIAL MUNDIAL - 2017 (%)

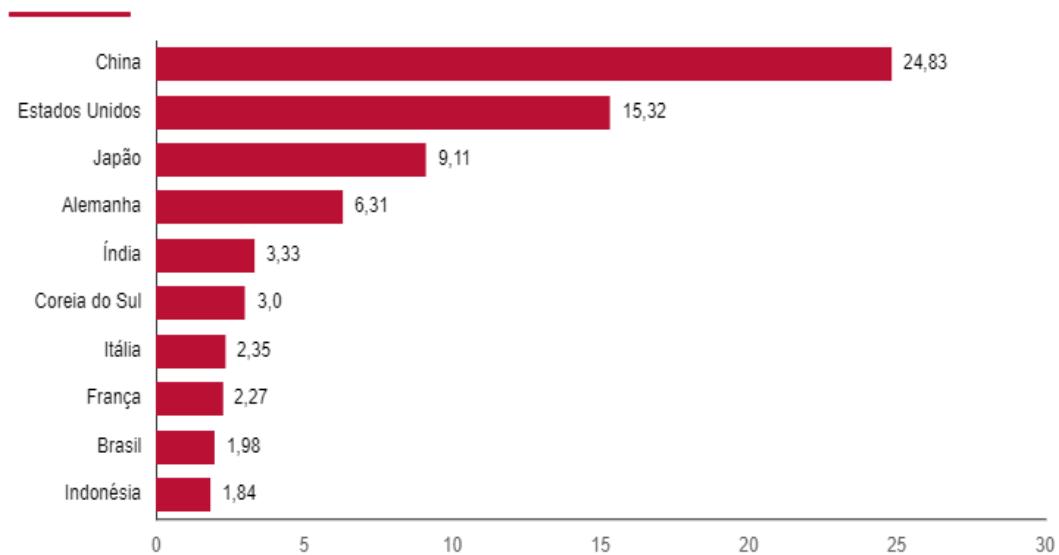


Fonte: CNI, com dados do Banco Mundial

Gráfico 7, Brasil, Indústria de transformação, comparação com outros países:

OS 10 PAÍSES COM AS MAIORES INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO

PARTICIPAÇÃO DE CADA PAÍS NA PRODUÇÃO MUNDIAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 2018 (%)



Fonte: Desempenho da indústria no mundo - CNI

Como podemos analisar nos gráficos 4 e 5, que remetem a presença mundial brasileira da indústria total e da indústria de transformação, podemos perceber uma constante queda na participação do Brasil na produção industrial mundial através da progressão dos anos, o processo se torna mais acentuado a partir do ano de 2013, onde pode ser observada uma grande queda de participação global da indústria brasileira, o que é revelador pois este foi um ano de grandes movimentações políticas e sociais importantes que ocorreram no nosso território e também no mundo, somado isso ao processo de crise econômica que sofremos desde então, com diminuição substancial do crescimento econômico.

Nos gráficos 6 e 7 é possível notar a grande disparidade dos números em relação as nações que mais produzem produtos industrializados, no caso, China, Estados Unidos, Japão e Alemanha, respectivamente, comparadas ao nosso caso, pode-se notar a diferença gritante, assim como entender quais são os efeitos destes números, configurando o mundo em uma disputa de espaço de influência de mercado, por meio da tecnologia dos mais importantes parques industriais existentes.

É notável, no caso estudado, que a nação que não produzir sua própria tecnologia e criar o seu parque industrial plenamente desenvolvido, dependerá, e, será absorvida com facilidade pelos parques industriais já consolidados por meios dos processos de globalização, o que fatalmente levara a estagnação de seu próprio parque industrial.

É importante observar que este processo observado através dos números, apesar de complexo e de apresentar muitas causas para a formação deste quadro, é essencial relembrar que no Brasil recente, a política econômica priorizou o mercado e não o desenvolvimento nacional, abraçando este processo de globalização onde as nações mais ricas fornecem tecnologia de ponta em troca de outros tipos de negociação, especialmente as commodities agrícolas.

Esta questão pode ser uma das causas de nossa estagnação industrial, principalmente quando observamos os números de regresso expressivo, relacionados a indústria de transformação, aquela que de fato produz tecnologia, e neste momento, está com níveis de expressão baixos, revelando a situação de dependência tecnológica de nossa parte em relação a outras nações, em vez de produzirmos nossa própria tecnologia, com o devido auxilio que é natural um Estado preocupado com o desenvolvimento propor, sem isso, seguimos cada vez mais dependentes da tecnologia exterior, isso pode ser bom para certa parcela do mercado, mas com toda a certeza, não é algo totalmente bom para a sociedade e sua maneira de vida, cada vez mais onerosa e predatória.

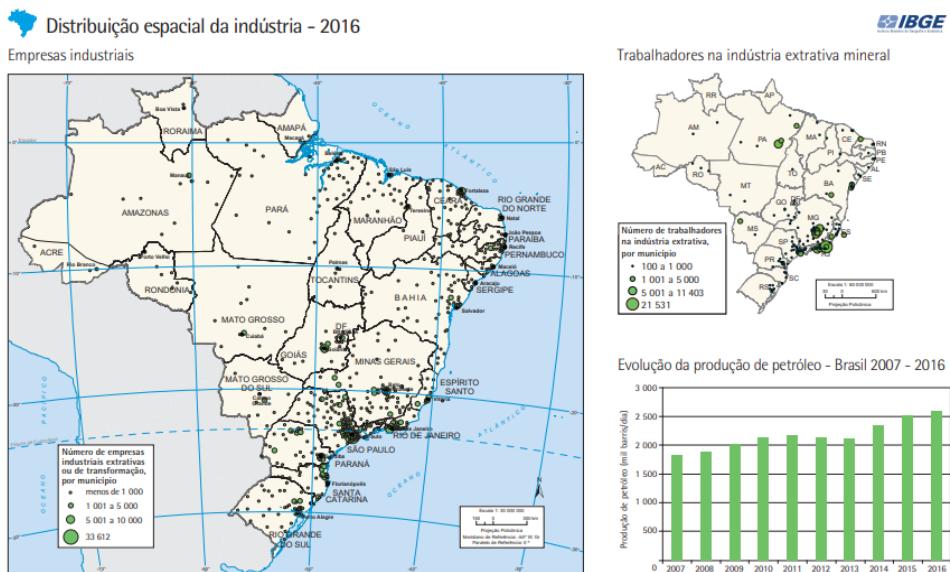
Por fim, para terminar esta parte, a questão não é ser contra a atuação do mercado na economia e na indústria e seus mais diversos setores, a questão aqui a ser observada é o grau que este modo de operação atingiu, priorizando o lucro máximo de uma pequena parcela da população e de multinacionais do exterior, deixando de lado todo o nosso potencial nacional de produção industrial de larga escala, de tecnologia, que nos permitiria realizar nossa própria independência diante destas grandes nações, e consequentemente, ofertando mais variedades de empregos, uma vez que o modelo de desenvolvimento nacional deve contemplar esta importante questão e não apenas a maximização do lucro sem considerar os impactos sociais presentes na manutenção do modelo de produção. Isto, portanto é uma crítica ao modelo adotado aqui, que prioriza apenas o setor financeiro, desconsiderando todo o seu entorno, ou seja a sociedade e seus problemas, bem como os processos de globalização altamente predatórios e pouco inclusivos, como já apontava Milton Santos em seus inúmeros estudos sobre este tema, confirmando a veracidade e precisão de sua análise, neste caso.

2.2. Relação da situação industrial com a economia e com as dinâmicas regionais do país.

Durante a elaboração deste trabalho, ainda no primeiro capítulo, foi-se apresentada as condições da tentativa de potencializar os processos de industrialização, sobretudo no Nordeste, através das ideias de Celso Furtado, já expostas neste trabalho, o fato é que as dinâmicas regionais, de produção, distribuição e criação de um mercado interno forte são fatores determinantes para potencializar os processos de industrialização.

Ao analisarmos alguns mapas, retirados do (CNI) e do (IBGE), pode-se perceber a real dimensão do quadro em que estamos inseridos neste momento, sendo a visualização espacial dos elementos estudados neste trabalho um aspecto bastante importante e revelador para a compreensão desta realidade, reforçando o papel primordial da análise geográfica no território como uma das maiores ferramentas para o entendimento do tema estudado, não podendo apenas serem reduzidos a estatísticas e noções econômicas relacionadas ao tema, a construção histórica e o caráter específico das nossas regionalidades deve ser um fator a ser observado com muita atenção, sem isso seria impossível formular uma análise clara.

Mapa 1. Distribuição das indústrias no território.

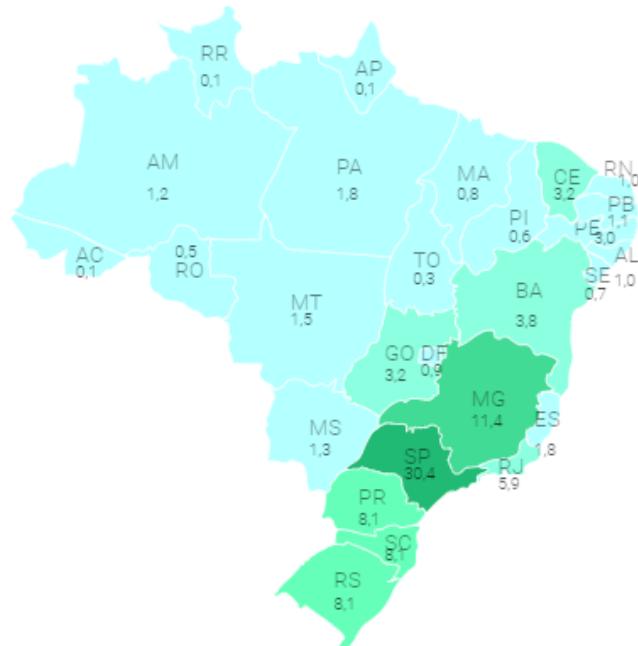


Fonte: 1. Cadastro central de empresas 2016. In: IBGE. Síntese estatística IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, [2016], tab. 3421. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/pesquisas/>. Acesso em: out. 2018. 2. Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis 2017. Rio de Janeiro: Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, 2017. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/publicacoes/anuario-estatistico-2017/>. Acesso em: out. 2018.

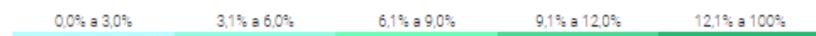
0800 721 8181

Mapa 2. indústria total.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA INDÚSTRIA
PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO FORMAL DA INDÚSTRIA - 2018 (%)



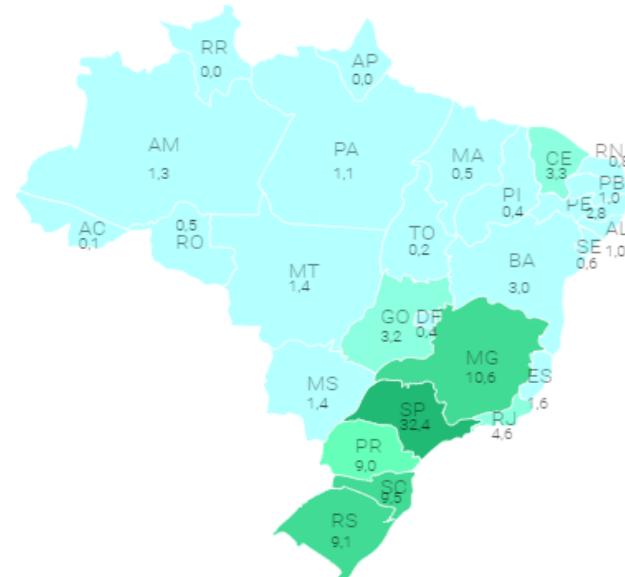
LEGENDA:



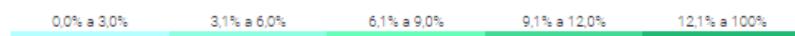
Fonte: CNI, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia

Mapa 3. indústria de transformação.

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
PARTICIPAÇÃO NO EMPREGO FORMAL DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO - 2018 (%)



LEGENDA:



Fonte: CNI, com base em dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) - Ministério da Economia

No mapa 1, elaborado pelo IBGE no ano de 2016, é possível observar a distribuição das indústrias de transformação no território Brasileiro, a nível municipal, a concentração destas indústrias nos municípios da região sudeste do território é o primeiro elemento notável a ser observado.

O segundo elemento importante a ser destacado é que conforme acompanhamos a faixa litorânea, podemos perceber que existe uma continuidade de distribuição destas indústrias nos municípios, do sul ao nordeste, o que pode mostrar que o processo de interiorização das ações industriais foi pouco explorado, mas isso relacionado a diversos fatores, não somente relacionados ao caráter de impulsão produtiva da economia, o que é compreensível já que nosso território apresenta uma diversidade importante de modos de produção que podem estar ligado ao estilo de vida das populações e sua cultura em nosso território, tomando como exemplo, povos que exploram o extrativismo, ou a pesca, considerando também os grupos populacionais tradicionais como os indígenas que não poderiam e nem deveriam ser forçados a outro estilo de vida, se adaptando ao estilo de vida urbano e desprezando suas raízes.

O Que o mapa revela com mais clareza são os polos onde a ação da indústria é mais concentrada, retomando a ideia de que estes polos seriam os responsáveis pelo motor do desenvolvimento nacional a nível regional e transnacional, o que não foi algo que se concretizou observando o momento atual, pelo contrário, a situação observada agora é de crise, com o aumento da precariedade econômica das distintas regiões que compõem o nosso território.

Ainda no mapa 1, podemos observar duas informações complementares, um outro mapa menor ao lado, que mostra a concentração do número de trabalhadores na indústria extrativa mineral, dominada também pela região Sudeste, com pouca projeção nas demais regiões. Também podemos observar, no canto inferior a direita, uma tabela mostrando a evolução da produção de petróleo no Brasil entre os anos 2007 a 2016, que aumentou no decorrer dos anos, principalmente graças aos importantes investimentos da Petrobras, explorando nossas bacias presentes na costa brasileira que compõem as descobertas do pré-sal, com equipamento produzido em solo nacional, sendo este modo de extração, em águas profundas, especialidade da empresa estatal brasileira.

O mapa 1 é uma antítese dos pensamentos que Celso Furtado tinha elaborado, a importância daquele pensamento que visava desenvolver a região nordeste, criando um mercado interno forte, aumentando a importância econômica da região, o que vemos construído é exatamente o que não foi pensado, pequenos polos que dominam

majoritariamente uma região, a sudeste, e outros poucos espalhados pelo território, sendo insuficientes para integrar o mercado interno e sem a capacidade de fortalecer as demais regiões, talvez este seja um dos elementos mais importantes para deflagração da crise atual em que estamos inseridos.

Os mapas 2 e 3, retirados da CNI, reforçam este pensamento. O caso do mapa 2, a distribuição geografia das indústrias no geral em nosso território esta claramente concentrada nas regiões Sudeste e Sul, com destaque aos estados de São Paulo, que concentra 30,4% das indústrias e Minas Gerais, que concentra 11,4% das indústrias, sendo estes números, ainda uma herança dos primeiros processos de industrialização nacional, que tiveram sua aceleração a partir dos anos 50, com o aumento do processo de urbanização.

As regiões Centro-oeste e Nordeste apresentam alguns estados com alguma expressão em termos numéricos, mas ainda sim longe da concentração dos números de indústrias observadas nas regiões Sul e Sudeste, demonstrando o grau de diferenciação de produção industrial dentro do nosso território, bem como a dificuldade da formação de um desenvolvimento geral mais equilibrado, atendendo as questões regionais e tentando ampliar todo o conjunto de benefícios possíveis que estão ligados ao processo de industrialização.

Estes benefícios se tornam mais nítidos quando se observa o Mapa 3, relacionado a indústria de transformação, que é semelhante aos números observados no Mapa 2, mas com um destaque ainda maior no protagonismo das regiões Sul e Sudeste sobre todas as outras regiões, demonstrando o desenvolvimento desigual que caracterizou a nossa história em relação a indústria e em relação ao desenvolvimento regional.

Muitos dos processos observados na história são frutos do processo de industrialização, a migração em massa ao sudeste por busca de melhores oportunidades de trabalho, era uma realidade até bem pouco tempo atrás em nosso país, bem como toda a estrutura tecnológica de ponta estar concentrada apenas em algumas regiões por conta do avanço das atividades industriais, que tem a capacidade de movimentar não somente a economia, mas também a educação, através da criação de universidades e escolas técnicas nestes polos industriais, as estruturas de transporte mais desenvolvidas para atender toda uma massa trabalhadora que tem a necessidade de percorrer grandes distâncias, e o domínio dos meios técnicos e científicos, sendo estas regiões as mais desenvolvidas em termos de estrutura, o que é algo essencial para o avanço da tecnologia e da ciência.

Esta concentração massiva de indústrias em poucas regiões de nosso território deve ser observada atentamente nos processos de crise, em especial no processo em foco neste estudo, a crise na industrialização também tem o seu aspecto geográfico a ser observado, uma vez que a indústria se interliga com vários outros elementos importantes para o processo de desenvolvimento do país e da própria indústria, dois destes elementos são muito importantes. O primeiro deles é importância da infraestrutura criada em torno dos processos de industrialização, que tende a atender a sociedade como um todo, uma vez que todos os elementos que compõem os processos industriais também estão intimamente relacionados com os processos de distribuição de mercadorias e conexão de locais, e isto se relaciona diretamente com o grupo populacional, que também passa a utilizar parte desta estrutura, de locomoção, manutenção e benefícios técnicos e científicos embalados pelos processos de industrialização, afinal para se pensar a indústria, no caso de um planejamento estatal, é necessário pensar também no trabalhador, que teoricamente deve ser a razão da existência da indústria, e não apenas o lucro sobre o lucro, como preza o mercado financeiro que acabou dominando as ações industriais no Brasil recente.

O segundo elemento é o emprego. As oportunidades de emprego que a indústria tem a capacidade de criar, e não somente ela em si, mas toda a cadeia de estruturas que permite o seu funcionamento, é o elemento mais importante em termos de atenção e preocupação no mundo moderno. O país que tem a capacidade de雇用 de forma bastante sólida grande parte de sua população tem condições de enfrentar as situações de dificuldade de nossos tempos, não estará apenas navegando os mares tempestuosos da financeirização extremamente dependente dos ventos favoráveis de um mercado globalizado, com a indústria e o pleno emprego, a capacidade de independência econômica é algo mais fácil de ser atingido, temos que considerar também que, na atualidade, é uma questão estratégica, já que sabemos que as nações usam como arma pressões econômicas que podem ter a capacidade de desestabilizar um Estado não estruturado e dependente de outros estados.

2.3. Processo de crise via capital especulativo, e a importância da complexidade econômica.

Continuando a linha de pensamento que forma a estrutura deste trabalho, agora será abordado um importante tema, os aspectos de mudança da ação produtiva que impactam o mundo e especialmente o caso brasileiro. O fenômeno da financeirização e utilização do capital fictício como ponta de lança dos processos de expansão econômica acabou sendo um processo bastante naturalizado no caso brasileiro.

O problema embarcado dentro deste pensamento é o nível de estrutura de economia real existente no caso brasileiro, ainda muito pouco diverso e em estagnação, no caso industrial e tecnológico, como podemos acompanhar nos dados apresentados. O fato é que realmente o mundo também acompanha esta nova crise de transformação nos processos produtivos, mas a diferença de remuneração, de oportunidades de setor bem como da diversificação de setores produtivos industriais acabam determinando situações mais ou menos dramáticas neste novo cenário.

Para compreender melhor estes processos é necessário refletir sobre a complexidade econômica, fator que pode explicar os problemas de uma nação, não somente relacionadas a questões econômicas, mas também sociais, uma vez que a produção, o nível desta produção, a distribuição e o consumo interno e externo de produtos dos mais diversos influenciam o tipo de sociedade a qual estamos inseridos, e principalmente o nível de produção tecnológica, fator determinante para formar uma nação mais ou menos dependente, e por consequência, mais vulnerável ou não.

Uma boa definição para o termo complexidade econômica é explicada pelo texto “Como medir a Complexidade Econômica”, publicado em 6 de setembro de 2018 do economista, mestre e doutor pela FGV, Paulo Gala em sua página economia e finanças que apresenta uma explicação bastante didático sobre o termo.

Como medir a “complexidade econômica” de uma economia? Hausmann e Hidalgo criaram um método de extraordinária simplicidade e comparabilidade entre países. A partir da análise da pauta exportadora de uma determinada economia são capazes de medir de forma indireta a sofisticação tecnológica de seu tecido produtivo. Os dois conceitos básicos para se medir se um país é complexo economicamente ou sofisticado são a ubiquidade e diversidade de produtos encontrados na sua pauta exportadora. Se uma determinada economia é capaz de produzir bens não ubíquos, há indicação de que tem um sofisticado

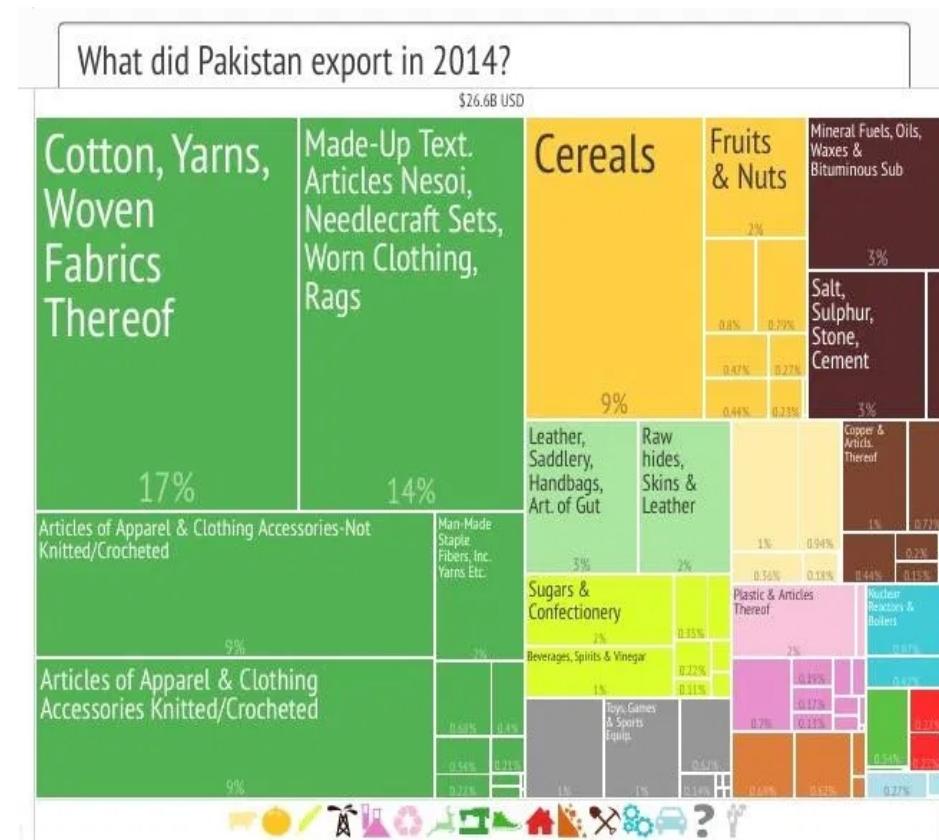
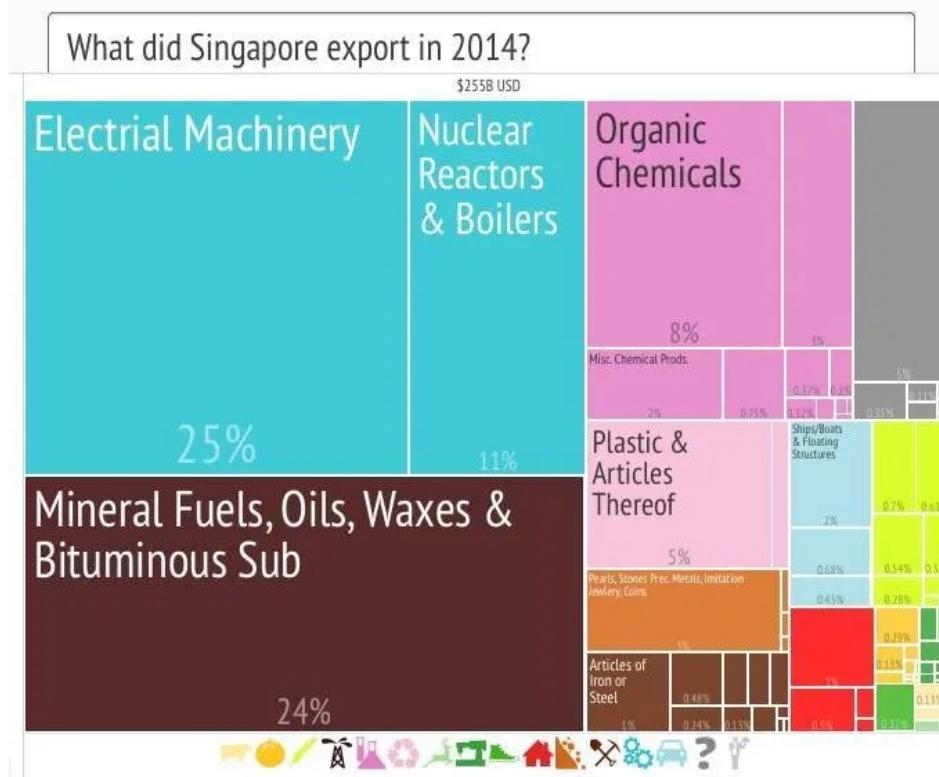
tecido produtivo. Claro que há um problema aqui de escassez relativa, especialmente de produtos naturais como diamantes e urânio, por exemplo. Os bens não ubíquos devem ser divididos entre aqueles que têm alto conteúdo tecnológico e, portanto, são de difícil produção (aviões por exemplo) e aqueles que são altamente escassos na natureza (nióbio por exemplo) e, portanto, tem uma não ubiquidade natural. (Gala, artigo extraído)

A complexidade econômica é um processo que independe da disponibilidade de recursos naturais propriamente, de forma direta, a capacidade de produção de bens de alta complexidade tecnológica acaba naturalmente levando a uma demanda natural do mundo pelo equipamento produzido, o que é um diferencial em uma nação com real independência econômica, já que ela teria o poder de através de sua produção única de bens tecnológicos, ampliar seu mercado e diminuir sua dependência neste mesmo setor, já que a nação se tornaria plena em sua própria produção deste tipo de tecnologia e não dependente de outros países para tela, isto fica ainda mais evidente em mais um trecho extraído do texto de estudo de Paulo Gala.

Para controlar esse problema de recursos naturais escassos na medição de complexidade Hidalgo usa uma técnica engenhosa: compara a ubiquidade do produto feito num determinado país com a diversidade de produtos que esse país é capaz de exportar. Por exemplo: Botsuana e Serra Leoa produzem e exportam algo raro e, portanto, não ubíquo: diamantes brutos. Por outro lado têm uma pauta exportadora extremamente limitada e não diversificada. Temos aqui então casos de não ubiquidade sem complexidade. No extremo oposto estão, por exemplo, produtos como equipamentos médicos de processamento de imagem, algo que praticamente só Japão, Alemanha e Estados Unidos conseguem fabricar; certamente produtos não ubíquos. Só que nesse caso as pautas de exportação de Japão, EUA e Alemanha são extremamente diversificadas, indicando que esses países são altamente capazes de fazer várias coisas. Ou seja, não ubiquidade com diversidade significa “complexidade econômica”. Por outro lado, um país que tenha uma pauta muito diversificada, mas com bens ubíquos (peixes, tecidos, carnes, minérios, etc...) não apresenta grande complexidade econômica; o país faz o que todos fazem. (Gala, artigo extraído)

Por fim, neste mesmo texto, o autor mostra um exemplo que demonstra de forma clara a importância da ocorrência da complexidade econômica dentro de uma nação, onde são utilizados 2 exemplos, Cingapura, onde existe uma grande complexidade econômica e produção tecnológica de ponta, que poucos países tem o poder de produzir, portanto o produto é muito mais valorizado, em contraste com o Paquistão, que não apresenta uma complexidade econômica elevada e acaba tendo um tipo de produção bem limitada ao extrativismo, concorrendo com muitas outras nações em um mercado onde a não existem técnicas avançadas para valorizar a produção, utilizando os seus recursos naturais apenas sem o emprego maciço de tecnologia e modernidade em sua produção econômica como poderemos ver a seguir, no trecho do texto e nos atlas de produção dos dois países.

A comparação feita no Atlas entre Cingapura e Paquistão ajuda a ilustrar a metodologia. Os dois países têm grosso modo o mesmo tamanho de PIB só que o Paquistão tem uma população 34 vezes maior do que Cingapura, é, portanto, em termos per capita um país muito mais pobre. Vejamos o que a pauta exportadora desses países nos diz. A diversidade de exportação do Paquistão e Cingapura é praticamente a mesma, ambos países exportam aproximadamente 133 produtos distintos. Só que os produtos exportados pelo Paquistão são também exportados na média por 28 outros países. Os produtos exportados por Cingapura são exportados na média por apenas 17 outros países. Ademais os produtos exportados pelo Paquistão são também exportados por países que têm diversidade de exportações muito baixa, enquanto que produtos exportados por Cingapura são também exportados por países que tem diversificação de exportações muito alta e exportam produtos não ubíquos. (Gala, artigo extraído)



Fonte: Atlas de produção, Cingapura e Paquistão. (Gala, artigo extraído) 13/01/2021.

É importante ressaltar que na situação apresentada o Brasil atual, diante de suas escolhas políticas e econômicas se assemelha mais ao caso Paquistanês, como veremos mais adiante no próximo capítulo em maior detalhamento, mas o fato importante a ser observado é a importância da produção tecnológica própria, um fator determinante não somente no progresso econômico de uma nação, mas também em relação as condições de vida no território.

Com uma maior produção tecnológica, maior giro de capital agregado a estes produtos o Estado da nação em específico pode se concentrar em condicionar estrutura e condições materiais melhores para a população, uma vez que o progresso econômico pode significar uma melhora na condição de vida da população.

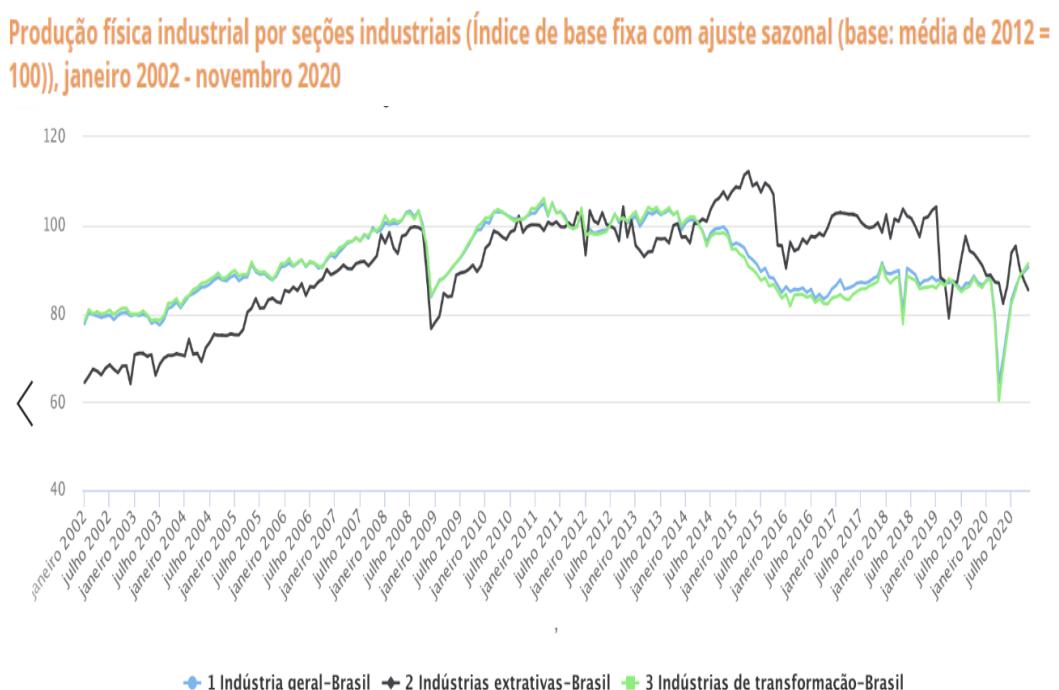
Infelizmente o Brasil está na contramão deste processo, por priorizar ainda uma economia bastante extrativista, com pouca produção de tecnologia de ponta, e mais recentemente, altamente atrelada aos processos de financeirização que dão a impressão de uma situação de avanço econômico, mas que na realidade é algo que beneficia uma pequena parte da população de forma expressiva, parte que se move através do rentismo, do capital fictício especulativo, enquanto esquecemos a economia produtiva real, e principalmente do setor industrial que tem a capacidade de ampliar o desenvolvimento tecnológico.

Como podemos observar até aqui, esta “barreira de estagnação” parece ser algo inescapável para nós, com uma elite agrária altamente concentrada na exploração dos recursos naturais brutos, um mercado financeiro que trabalha muito mais para instituições externas e com seu peso influente nas decisões políticas nacionais, superar esta condição e restabelecer o nosso parque industrial com contundência e inovação utilizando a capacidade própria, e nacional, parece uma tarefa cada vez mais difícil, mas o debate e a reflexão sobre o tema tem que se fazer presente, somente assim poderemos dar alguns pequenos passos diante da mudança e da tentativa de independência real.

Capítulo 3. A importância da retomada do desenvolvimento industrial no país e a conexão geopolítica e geoestratégica neste processo.

3.1. Aspectos locais e globais do fomento do desenvolvimento industrial nacional.

A compreensão da importância da retomada da expansão das atividades industriais no país é algo que deve ser considerado como motor de avanço e propulsão da criação de tecnologias de ponta pelo país, como podemos observar no final do capítulo anterior, agora vamos analisar a situação brasileira com mais detalhes, utilizando base de dados estatísticos aferidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo The Observatory of Economic Complexity (OEC).



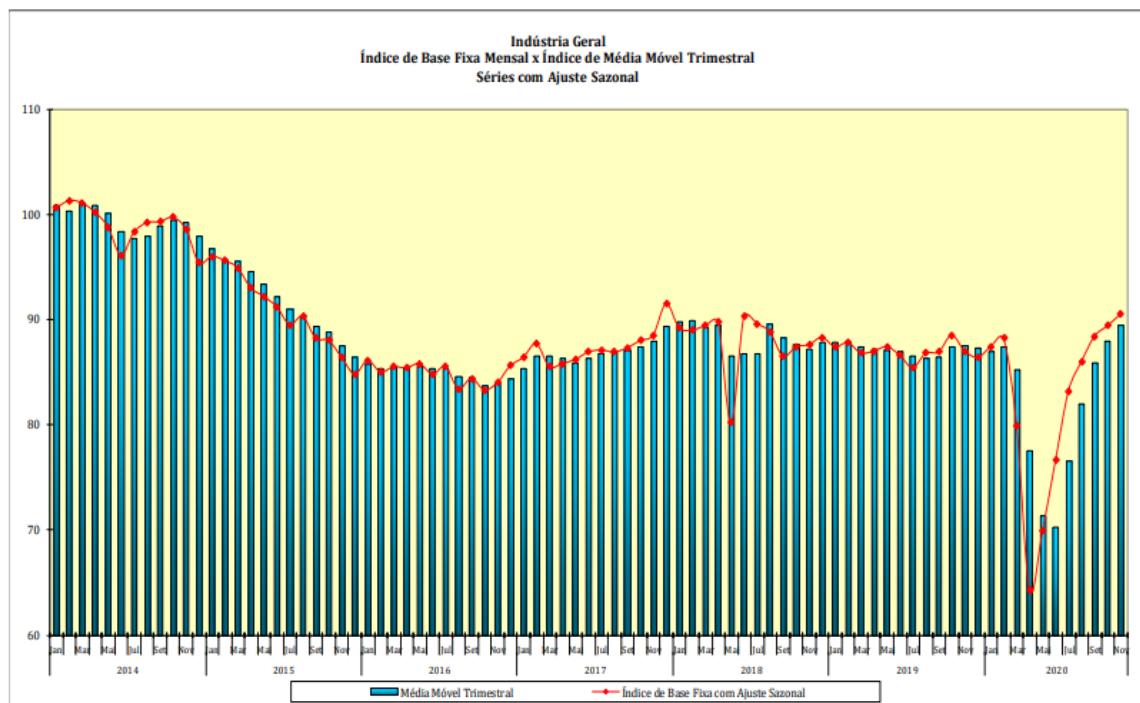
Fonte: IBGE, séries históricas.

Neste gráfico retirado do site do IBGE que demonstra uma série histórica de 2002 a 2020, podemos observar a variação ocorrida na produção industrial, dividida em três pontos, a indústria geral (linha azul), que contabiliza todo o setor em uma única análise. A indústria extractivista (linha preta), que representa o modelo de maior presença em nosso país, baseado na extração pura e simples de riquezas naturais de baixo valor agregado, commodities e agronegócio. Por fim, temos a representação da indústria de

transformação (linha verde), categoria de maior valor agregado e de alta tecnologia, que vem sofrendo muito nos últimos anos.

É possível notar pelo gráfico, que a indústria de transformação que vinha crescendo de 2002 até 2011, sofre uma estagnação que dura até aproximadamente o ano de 2014 e em seguida enfrenta uma queda constante até o ano de 2020, demonstrando não propriamente um processo de precarização, principalmente no setor de indústrias de transformação, isso confirma a crise, não somente no setor industrial, mas em tudo que gira em torno disto, com o foco na produção de tecnologia, manutenção e alocação de mão de obra especializada para lidar com este tipo de trabalho, produzindo por consequência o fenômeno da fuga de cérebros capacitados do país para locais onde setores industriais de ponta estão plenamente desenvolvidos, causando um grande prejuízo que refletira a longo prazo.

Ao optar por priorizar a indústria extrativista, de pouco valor agregado e baixo emprego de tecnologias mais avançadas, estamos dando alguns largos passos para trás, considerando o avanço que obtivemos em nosso passado não tão distante, mas como foi dito anteriormente, o processo de crise na industrialização brasileira ou desindustrialização não é algo recente e está em curso desde meados dos anos 80, mas podemos dizer que o ponto máximo está aos poucos sendo atingido já que não existem no horizonte alguma proposta de reversão deste quadro que somente poderia ser realizada verdadeiramente pelo Estado.



Neste outro gráfico retirado de um periódico do IBGE que mostra uma série de indicadores podemos perceber a queda acentuada da atividade industrial de maneira geral, desde 2014 até 2020, com algumas tímidas retomadas mas que mantêm uma boa linha de estagnação, o que reforça a gravidade da situação a qual estamos inseridos, sem dúvidas os eventos recentes contribuíram ainda mais para o processo de crise na indústria nacional, a pandemia provocada pelo coronavírus, a alta instabilidade política nacional, o encerramento das operações fabris da Ford Motor Company, onde mais de 5 mil empregos serão desfeitos do dia para a noite, sem contar as demais cadeias produtivas ao redor desta indústria são alguns dos exemplos do tamanho dos desafios que estamos enfrentando atualmente, e por enquanto, nenhuma medida para amenizar tais situações é tomada, apenas “apreciamos” tudo isso como espectadores de um festival macabro e tenebroso e que cobrará um alto preço em nosso futuro econômico.

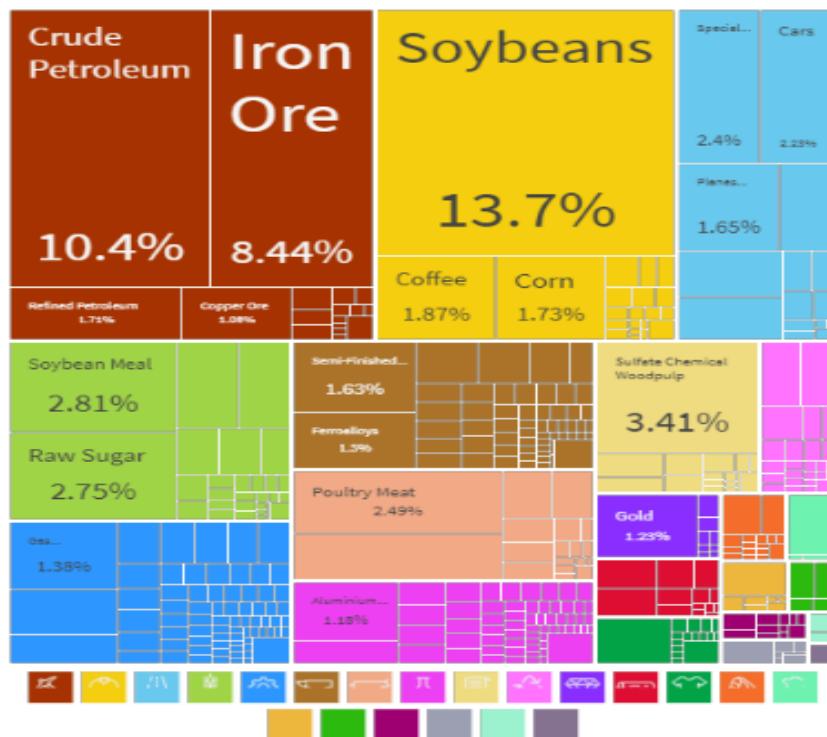
Segundo o The Observatory of Economic Complexity (OEC), em 2018 o Brasil exportou um total de US \$ 242 bilhões, tornando-se o 25º exportador do mundo. Durante os últimos cinco anos relatados, as exportações do Brasil mudaram em - \$ 6,35 bilhões de \$ 249 bilhões em 2013 para \$ 242 bilhões em 2018, mostrando a queda evidente de produção industrial.

Os principais produtos exportados pelo Brasil são, a soja (\$33,2 bilhões), o petróleo bruto (\$25,2 bilhões), o minério de ferro (\$20,5 bilhões), a celulose química de sulfato (\$8,6 bilhões) e farelo de soja (\$6,8 bilhões). Os destinos principais das exportações brasileiras são, a China (\$64,3 bilhões), os Estados Unidos (\$ 29,3 bilhões), a Argentina (\$ 15 bilhões), a Holanda (\$ 11,9 bilhões) e o Chile (\$ 6,45 bilhões).

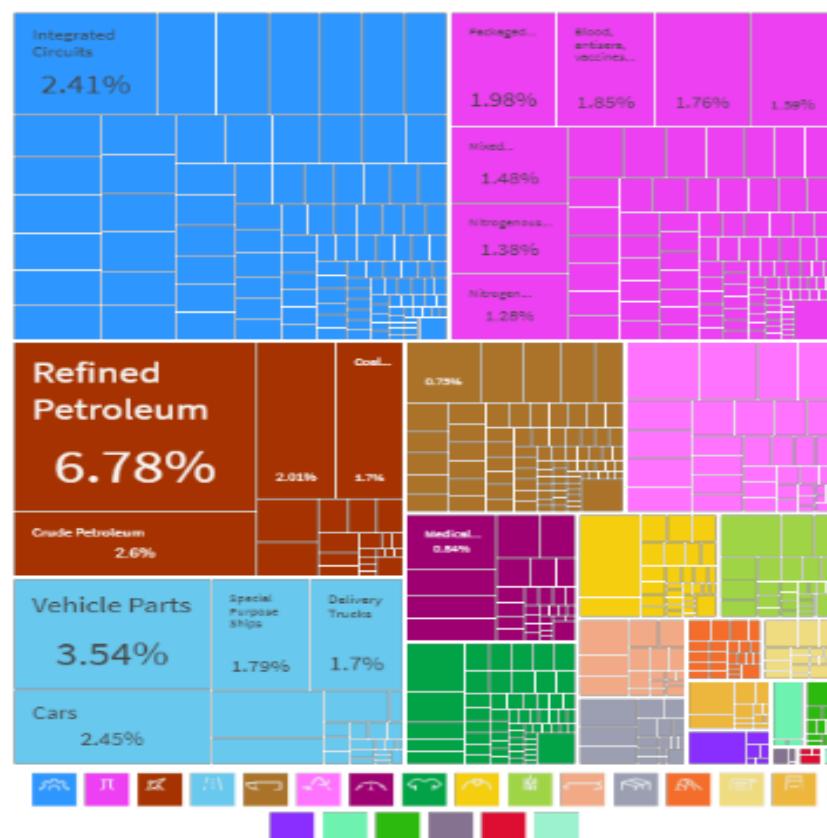
Quanto as importações, o Brasil tem como produtos principais, o petróleo refinado (\$ 11,7 bilhões), peças de veículos (\$ 6,12 bilhões), petróleo bruto (\$ 4,5 bilhões), carros (\$ 4,24 bilhões) e circuitos integrados (4,17 bilhões). Os nossos principais importadores são, a China (\$ 33,9 bilhões), os Estados Unidos (\$ 29,3 bilhões), a Alemanha (\$ 11,1 bilhões), a Argentina (\$ 11 bilhões) e a França (\$ 5,12 bilhões).

Um outro dado que vale a pena ser observado segundo o site que fez estes levantamentos é que em 2018 o Brasil foi o maior importador mundial de pesticidas e fertilizantes, demonstrando por meio disto onde está baseada a sua maior base produtiva, o agronegócio, algo que fica cada vez mais evidente quando vemos o tratamento dado aos lobistas desta área, e o problema que o Brasil enfrenta hoje é justamente isso, priorizar a um nível elevado apenas algumas áreas e esquecer quase que completamente de outras áreas, não conseguindo produzir uma harmonia de produção e por consequência, uma maior penetração no mercado global.

Exportações Brasil 2018.



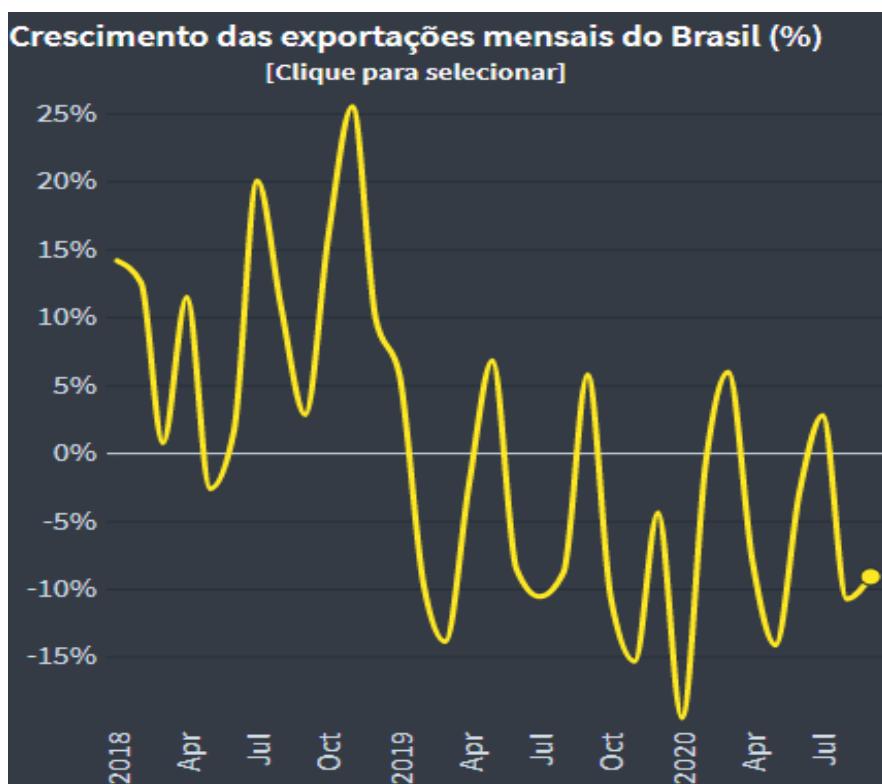
Importações Brasil 2018.



Fonte: The Observatory of Economic Complexity. (OEC).

Como é possível observar diante dos dados observados, o Brasil possui um nível industrial baixo quando observamos o mapa das exportações, sendo que nossos produtos com maior volume de exportação são commodities, como a soja, o ferro e o petróleo em maior escala, revelando uma base econômica apoiada no extrativismo de matéria-prima e no agronegócio.

Por outro lado, o Brasil importa muitos produtos de alta base tecnológica como circuitos integrados, medicamentos, e o petróleo refinado em grande escala, algo que poderia ser feito em solo nacional, mas devido ao descontrole político e o imediatismo pregado como avanço, não é uma realidade hoje, pois teríamos que adequar as nossas refinarias o que levaria tempo e custo, mas que, ao final da adequação, se tornaria um ganho para o país em termos tecnológicos e econômicos.



Fonte: The Observatory of Economic Complexity. (OEC).

Como é possível observar no gráfico acima, desde o ano de 2019, tivemos um decrescimento no número de nossas exportações, é possível dizer que existem diversos fatores distintos que contribuem com este quadro, mas não possível ignorar que a nossa baixa diversidade produtiva e complexidade econômica contribui com esta situação, a luta deveria ser pela reversão deste quadro utilizando a nossa força produtiva industrial, como elemento motor desta mudança.

O desenvolvimento da indústria, bem como o desenvolvimento de produtos de alta base tecnológica tende a expandir as relações comerciais, uma vez que a técnica empregada na produção de certo equipamento é algo bem restrito, o que torna a sua procura grande pelo mundo, este é o “segredo” bem visível das nações com alto desenvolvimento tecnológico, é claro que não podemos ignorar a influência do poder geopolítico neste processo.

Tanto o bloco atlantista quanto o bloco euro-asiático tem os seus interesses comerciais, quase que praticamente interligados entre os seus pares, o surgimento de um novo Player é algo que pode impactar certos mercados. Diante desta reflexão, a independência tecnológica promovida por uma industrialização própria, nacional, certamente encontraria barreiras iniciais diante das operações dos países que constituem estes blocos, mas a conquista do mercado regional ou mesmo a expansão do mercado interno, como fez a China, são possibilidades que podem ser desenvolvidas ao longo do tempo, mesmo diante de sabotagens e sanções, a luta pela independência econômica não será algo fácil, mas pela liberdade plena de fato, é algo que deverá ocorrer.

A possibilidade mais compatível debatida ao longo destes anos, que vem sendo discutida na faculdade e nos grupos de estudos que se relacionam com o tema de desenvolvimento e da geopolítica é a união das nações em desenvolvimento para que o conjunto de ações e trocas proporcione o crescimento tecnológico deste “novo bloco” e que, pela sua união, sabotagens e sanções contra os seus membros seria algo mais restrito e passível de alguma relação, por peso e influencia deste grupo no mercado mundial. O Brasil teria a plena capacidade técnica, e diplomática de liderar este grupo, no futuro, o problema seria como dar início a esta iniciativa, seja pela real integração dos países presentes em nosso continente, seja pelo resgate real e funcional dos países pertencentes aos BRICS, seja por alguma outra ideia de colaboração mutua para o desenvolvimento das nações nesta etapa de desenvolvimento, o fato é que, para a real independência o enfrentamento é inevitável, e ele será mais ameno com a união de integrantes com o mesmo tipo de interesses, crescimento econômico, crescimento industrial e domínio de uma parcela de mercado, este é o novo tipo de guerra.

3.2. As características do processo de globalização no setor industrial.

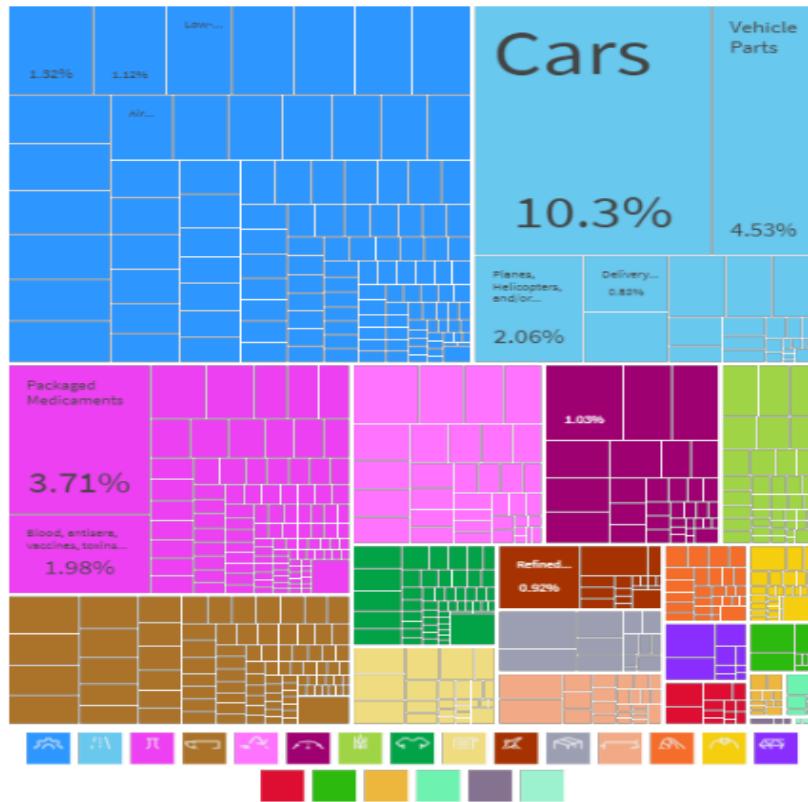
Observando as economias mais desenvolvidas do mundo, em termos econômicos, é possível notar um fator determinante, todas elas possuem desenvolvimento industrial de alta capacidade tecnológica. A indústria de transformação é determinante para o desenvolvimento econômico destas nações, sem isso certamente elas não seriam, de fato, nações desenvolvidas pelo simples fato de não poderem se apoiar plenamente no extrativismo em grande escala, como faz o Brasil.

É importante observar que o processo de desenvolvimento econômico de alta complexidade é algo que ocorre de forma gradual, nunca de uma hora para a outra. A criação de estruturas e tecnologia é um processo trabalhoso e tem os seus custos, mas o desenvolvimento contínuo e o domínio de uma porção de áreas técnicas podem garantir um bom retorno, não somente econômico, mas de influência global, o que pode resultar em um maior número de negociações, mesmo relacionadas ao restante da produção que não estão diretamente ligadas ao circuito superior da economia, ocasionando um ganho geral, para a nação.

O Brasil vem sofrendo muito com o processo de globalização acelerada empregado no mundo, e em franca aceleração desde os anos 90. Nossas indústrias nacionais sofreram com a abertura das importações que acabaram precarizando o nosso frágil parque industrial nacional. Também é importante lembrar que, em termos de ações governamentais pouco foi feito para reverter este processo, ou para incentivar o desenvolvimento de tecnologia própria, muito disso devido ao foco de tornar o Brasil um país agroexportador, baseado no comércio de commodities agrícolas e minerais, como foi exposto neste trabalho.

Para observar melhor os impactos destas escolhas, podemos relacionar, dadas as devidas proporções em diversos aspectos, o nosso país com o caso da Alemanha, que apostou fortemente ao longo dos anos em proteger, manter e reforçar o seu importante parque industrial, concentrando seus esforços para expandir sua capacidade industrial, algo que certamente influenciou em muitos outros aspectos, dentre eles, a realidade socioeconômica daquele país.

A Alemanha no ano de 2018 exportou um total de 1.5 trilhões de dólares, tornando-se o segundo maior exportador do mundo, sendo que os principais produtos exportados pela Alemanha são, carros (\$ 156 bilhões), peças de veículos (\$ 68.1 bilhões), medicamentos embalados (\$ 55.9 bilhões), aviões, helicópteros ou espaçonaves (\$ 30.9 bilhões) e sangue, anti-soros, vacinas, toxinas e culturas (\$ 29,7 bilhões).



Fonte: The Observatory of Economic Complexity. (OEC).

Observando os dados, é possível notar o peso da indústria de alta tecnologia plenamente desenvolvida em um determinado país, onde a especificidade do produto exportado conta mais do que o volume, pois o valor agregado em um determinado produto de alta complexidade é muito maior comparado a outro produto de menor complexidade.

Este exemplo não tem como objetivo comparar as duas economias, Brasileira e alemã, o intuito aqui é apenas mostrar como caminha o mercado global, onde o valor está muito mais atrelado a técnica de transformação do que a quantidade de extração de um determinado produto sem transformação. O domínio da técnica de produção de determinados produtos de alta tecnologia por parte de algumas poucas nações está resultando em grandes distorções econômicas, bem como a expansão de desigualdades internas e externas.

Considerando as dificuldades para o estabelecimento de um parque industrial complexo e consequentemente a criação de novos tipos de tecnologia únicos, trabalhados em conjunto com as indústrias nacionais, o Brasil parece estar cada vez mais na contramão do mundo desenvolvido quando observamos algumas das propostas de desenvolvimento industrial presentes no país, que apelam pura e simplesmente para a implementação de um modelo neoliberal como uma solução total para todos os males. A mínima interferência estatal, desconsiderando completamente nossa realidade social e econômica, e desconsiderando também o papel do Estado, que no caso brasileiro sempre foi importante para dinamizar as operações, as propostas são no mínimo inocentes, considerando o cenário mundial dos processos de industrialização.

Esta percepção um tanto quanto descolada da realidade fica evidente em um documento produzido pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), denominado de “A indústria do futuro no Brasil e no Mundo”. Na parte 2 do documento que é chamada de “estratégia industrial é regra e não exceção no mundo, segundo a UNCTAD”, podemos observar, no mínimo, um paradoxo relacionado ao título desta parte do documento. Primeiro segue uma citação bastante generalista e questionável no documento, relacionada a prática da política industrial vigente atualmente.

Em contraste com as políticas industriais centralizadoras do passado, que tendiam a proteger indústrias específicas, as políticas industriais atuais são mais ágeis, interativas, inclusivas, flexíveis e integradas com outras áreas de política e atentas a desafios abrangentes, como o desenvolvimento sustentável. Além disso, o investimento direto estrangeiro (IDE) e as operações das empresas multinacionais tornaram-se parte integral, explícita ou implicitamente, das políticas contemporâneas em muitos países, em diferentes estágios de desenvolvimento. (IEDI, documento, pg 32).

Logo em seguida, pode-se observar o direcionamento pretendido pelos estudos desta instituição, através do painel por ela elaborado de forma cronológica. É possível notar algumas contradições no que se refere a construção, ou tentativa, da indústria recente.



Evolução na Política Industrial e Novos Temas

	Políticas Industriais Modernas			
	Até os anos 1970	Anos 1980-1990	Anos 2000 e em curso	Recente
Características-chave/temas	<ul style="list-style-type: none"> Industrialização e transformação estrutural 	<ul style="list-style-type: none"> Estabilização, liberalização e laisse-faire 	<ul style="list-style-type: none"> Economia do conhecimento 	<ul style="list-style-type: none"> Nova Revolução Industrial (NRI)
			<ul style="list-style-type: none"> Cadeias globais de valor (GVCs) 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento sustentável
Objetivos de política	<ul style="list-style-type: none"> Criação de mercado, diversificação 	<ul style="list-style-type: none"> Modernização liderada pelo mercado 	<ul style="list-style-type: none"> Especialização e aumento de produtividade 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de ecossistema industrial moderno
Elementos principais	<ul style="list-style-type: none"> Substituição de importação Proteção da indústria nascente 	<ul style="list-style-type: none"> Envolvimento limitado do governo Políticas mais horizontais 	<ul style="list-style-type: none"> Estratégias direcionadas em economias abertas Melhoria do ambiente de negócio 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de capacidades técnicas Inovação na produção (tecnologia operacional)
	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento setorial Abertura gradual e seletiva à concorrência 	<ul style="list-style-type: none"> Abertura ao investimento direto estrangeiro (IDE) Exposição à concorrência 	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento digital e difusão das tecnologias de comunicação e informação Participação nas redes globais de produção Promoção do IDE combinado com estratégias de proteção de indústrias estratégicas Apoio a pequenas e médias empresas Desenvolvimento de habilidades e competências 	<ul style="list-style-type: none"> Economias de aprendizagem Desenvolvimento do setor de desenvolvimento sustentável Instituições públicas privadas de desenvolvimento de conhecimento/tecnologias Aquisição de tecnologias estrangeiras Desenvolvimento do empreendedorismo
Ambiente de Política	<ul style="list-style-type: none"> Elevada legitimidade política para as estratégias nacionais de desenvolvimento 	<ul style="list-style-type: none"> Baixa legitimidade para estratégias intervencionistas Limitação do espaço para políticas mediante acordos internacionais 	<ul style="list-style-type: none"> Recuperação da legitimidade para as estratégias nacionais de desenvolvimento Espaço moderado para políticas em áreas selecionadas 	<ul style="list-style-type: none"> Mais espaço para política em novos campos Maior ênfase em inclusão

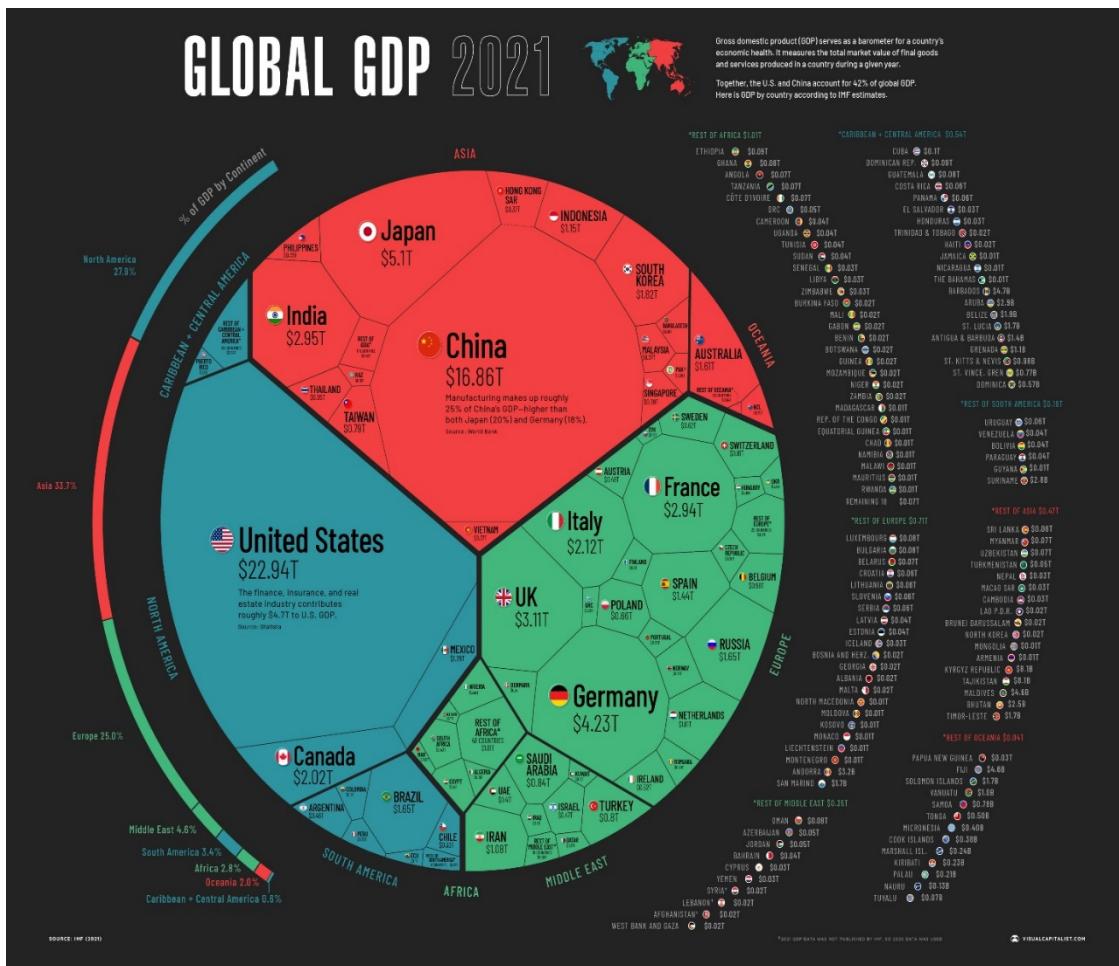
Extraído de Unctad. *World Investment Report*, 2018, pg. 130.

Considerando as dificuldades atuais que o mundo enfrenta no setor industrial, e observando que os estados nacionais cada vez mais buscam financiar os seus circuitos industriais superiores, é um contrassenso o documento esperar que medidas com uma visão puramente liberal e de mercado possa promover o desenvolvimento da indústria de ponta, bem como a inclusão do maior e mais variado grupo de pessoas neste circuito. O documento não considera também a fragilidade da indústria nacional atualmente, considerando as nossas capacidades de produção industrial e tecnológicas como já bem avançadas e distribuídas nos mais diversos setores, um equívoco grande quando paramos para analisar a realidade atual da ação industrial nacional de ponta.

A visão neoliberal de construção de mundo cada vez mais perde espaço com os desafios relacionados ao avanço da tecnologia, a automação, a produção sob demandas ultra especializadas e os processos de precarização do trabalho já evidenciaram que uma proposta de mundo assim não seria possível, sustentável ou inclusiva, pelo contrário, nos arrastaria cada vez mais para os limites da precariedade civilizacional humana, excluindo a harmonia e a segurança de vez da vida das pessoas que não estão no topo da pirâmide social, resta aos especialistas em estudos industriais brasileiros perceberem o erro em insistir em uma visão de mundo que já não se conecta com a nossa realidade.

A realidade é mais complexa do que podemos imaginar, e o próximo capítulo pretende abordar um pouco este tema. É necessário falar sobre algo que teimamos em ignorar na construção e manutenção da sociedade e que dialoga diretamente com este momento de crise na nossa industrialização, a geopolítica, um tema central para o entendimento da situação atual de crise.

3.3. A importância da geopolítica nos processos industriais de alta complexidade.



Fonte: Visualcapitalist, Global GPD 2021.

Na imagem acima, retirada do site “visual capitalist”, podemos observar o atlas da economia mundial que representa a totalidade de 94 trilhões de dólares em PIB subdivididos em países em uma escala micro e sub-regiões em uma escala macro, representada pelas cores. O Estados Unidos, a China, o Japão e a Alemanha representam mais da metade da produção econômica mundial, dentre eles podemos perceber um fator importante, o nível elevado de suas capacidades industriais e tecnológicas possibilitando um amplo avanço em relação a outros países do mundo.

É claro que dentre os países citados existem divisões e disputas, como é o caso entre a disputa dos Estados Unidos com a China por importantes fatias de mercado e zonas de influencia pelo mundo, além do firmamento de muitos acordos comerciais que podem possibilitar o domínio econômico e territorial, de forma indireta.

A geopolítica se estende neste tapete de disputas pois ela depende do avanço da tecnologia de forma contínua, em seu caráter operacional, substituindo o passado pelo presente de forma constante, e é exatamente ai que se encontra a importância do patrocínio do desenvolvimento industrial e tecnológico por parte das nações mais ricas e desenvolvidas. As nações que não apresentam tamanho grau de desenvolvimento industrial e tecnológico acabam tendo os rumos do seu desenvolvimento ditados por parte destas nações mais desenvolvidas, demonstrando assim um certo grau de dependência estrutural e que pode evoluir para um quadro de dependência econômica, sendo algo bastante prejudicial a longo prazo. Um exemplo disso é o caso recente da produção de semicondutores que podem afetar cadeias inteiras de produção devido a sua escassez e complexidade de confecção.

Outro ponto importante no cenário da geopolítica são as trocas possíveis entre países avançados industrialmente e a formação de acordos em blocos de países, como aconteceu no caso recente onde a China está construindo o maior bloco comercial do mundo, a Parceria Econômica Abrangente Regional (RCEP, na sigla em inglês), que consiste na integração entre 15 países em sua maioria asiáticos. Este cenário demonstra um contraponto e uma nova disputa de poder econômico entre as nações ocidentais já estabelecidas e os países orientais emergentes na esteira do avanço econômico Chines, em ambos os processos que representam o passado e o futuro, a política de desenvolvimento industrial e tecnológico segue sendo o principal elemento de inserção no mercado global e no processo de influência de poder regional.

Neste prisma, o Brasil segue sem um direcionamento definido, considerando os acontecimentos recentes. A falta de incentivo no setor industrial brasileiro parece ser um fator determinante no processo de inserção nestes blocos de maneira mais definida, ou de formação do nosso próprio bloco no nosso entorno estratégico, o que seria algo bastante positivo e que certamente formaria a nossa importância geopolítica regional sustentando um apoio mutuo de desenvolvimento, como a China está fazendo agora na Ásia, e como a união europeia fez no passado, para citar alguns exemplos, se as experiências desdobraram em algumas intercorrências não previsíveis, isto seria uma outra discussão, mas sem dúvidas, em termos geopolíticos estas formações de blocos são fatores importantes e devem ser considerados em qualquer tipo de análise.

A inserção no mercado global, bem como o fomento de políticas industriais de larga escala hoje são fatores determinantes na geopolítica, pois quanto mais um país, ou o bloco de aproximação regional deste país é dependente dos países já consolidados de outros blocos, que possuem objetivos próprios e agendas quase completamente

coordenadas, mas estes territórios desindustrializados serão diretamente dependentes dos países e blocos já consolidados, e isto é um pesadelo geopolítico.

Uma vez que um país depende quase que completamente de outro país mais desenvolvido e pode sofrer pressões de decisões favoráveis ao outro país, pode sofrer com o simples fato de não ser permitido a ele acesso à tecnologia do outro país mais desenvolvido, o que é algo devastador, como uma guerra, por isto os processos de industrialização e criação de tecnologia própria e nacional são elementos que devem ser amplamente considerados em uma visão geopolítica.

Existe no Brasil de hoje uma compreensão muito rasteira sobre este assunto, que geralmente se encaminha para a questão ficcional já explicada de mais ou menos estado que foi amplamente introduzida neste cenário de análise de forma totalmente equivocada. É muito inocente pensar que multinacionais estrangeiras, que atendem a interesses próprios e muitas vezes são a extensão de seus estados nacionais originais, representaram estes processos de transformação em países emergentes, isso nunca aconteceu, não está acontecendo e não vai acontecer, a China conseguiu compreender isto e hoje está colhendo os frutos, isso não significa que este processo não apresente as suas próprias contradições, mas, ao peso da balança das conjunturas, é algo muito mais positivo do que negativo para o território que compreendeu que é necessário desenvolver o chamado “capital pátrio”.

É definitivamente importante compreender que o Brasil tem capacidade plena para formar e desenvolver os seus próprios potenciais industriais, científicos e tecnológicos. Nós possuímos estrutura e mentes para direcionar o nosso próprio desenvolvimento este seria o primeiro passo para a nossa real independência em um cenário de mundo cada vez mais complexo e mutável.

A dependência econômica direta é uma das maiores armas modernas que os países já consolidados estão utilizando para com os países emergentes, para contornar isso é inescapável que estruturas industriais próprias existam em nosso país para criar possibilidades de entrada no mercado global de forma efetiva e contundente. A geopolítica não deve ser esquecida neste cenário, as nações que dominam as atividades comerciais no mundo conseguiram compreender esta questão há muito tempo, resta o Brasil compreender este jogo para realmente vislumbrar a sua real independência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Durante a elaboração deste trabalho, não poderia imaginar que os acontecimentos no mundo se tornariam tão intensos e rápidos. Pode-se dizer que aquele mundo que existia quando iniciei este trabalho já não existe mais.

A situação pandêmica foi realmente algo muito difícil a qual tivemos que enfrentar com muita resiliência e cuidado, sem dúvidas. Esta situação complexa revelou que, em muitos aspectos, o desenvolvimento tecnológico, a ação industrial, operacional e científica coordenada foram fatores-chave para o enfrentamento deste novo e dramático desafio.

Chegou-se ao ponto de termos presentes as matérias-primas para a elaboração das vacinas contra o novo vírus que acometeu as populações de todo o mundo, mas não possuímos a infraestrutura científica para a transformação das matérias-primas em vacinas, também não tivemos a capacidade produtiva suficiente para suprir a produção de máscaras, luvas e mais elementos para a prevenção da dissuasão do vírus em nosso território tamanho é a nossa dependência industrial e desmonte de nossas estruturas produtivas industriais próprias.

Os momentos dramáticos aos quais passamos até a data presente poderiam estar em um patamar “de dificuldade” diante da estrutura presente em nosso país, a falta de tomada de ações por parte do estado, a inanição da nossa elite financeira diante deste cenário foram fatores cruciais para a formação deste cenário catastrófico.

Diante destas reflexões que foram facilmente notadas ao simples transcorrer do tempo em nosso país, é possível concluir que, na atual conjuntura, nacional e mundial, precisamos com certo grau de urgência repensar o papel do setor industrial em nosso país, que se tornou algo tímido comparado a outros tempos. A retomada do desenvolvimento industrial pode ser a chave para o começo de um novo processo de desenvolvimento nacional, aspecto chave em um mundo cada vez mais complexo, competitivo e desigual. A liberdade jamais vira sem luta e em nosso cenário a preparação para esta luta ainda é grande.

REFERÊNCIAS.

- A INDÚSTRIA DO FUTURO NO BRASIL E NO MUNDO. IEDI. 2019. Disponível em: < https://iedi.org.br/media/site/artigos/20190311_industria_do_futuro_no_brasil_e_no_mundo.pdf > Acesso em: 28/10/2021.
- BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade. Por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRAZIL EXPORTS, IMPORTS AND TRADE PARTNERS. Oec.world.2019. Disponível em: < <https://oec.world/en/profile/country/bra> > Acesso em 21/06/2021.
- DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA INDUSTRIA. IBGE, 2016. Disponível em: < https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_industrias.pdf >. Acesso em: 15/05/2021.
- GALA, Paulo,Como medir a complexidade econômica, www.paulogala.com.br, 2018, <www.paulogala.com.br/como-medir-complexidade-economica>, Acesso em 18/04/2021.
- HELLER. Hermann, Teoria do Estado. São Paulo,Mestre Jou,1968.
- PELLEGRINO, Anderson César Gomes Teixeira. Nas Sombras do Subdesenvolvimento: Celso Furtado e a problemática regional no Brasil. Campinas: Alínea, 2005.
- PERFIL DA INDUSTRIA BRASILEIRA. Portal da indústria brasileira, 2021.Disponível em:< <https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/total/producao/#/industria-total>>. Acesso em: 21/06/2021.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo,Ed. Hucitec, 1996.
- SANTOS, M.Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.5. ed. São Paulo:Edusp, 2013.
- SINGER, Paul. Divisão internacional do trabalho e empresas multinacionais. São Paulo, CEBRAP, 1976. (mimeo)
- SOUZA, Nali de Jesus de Desenvolvimento regional. São Paulo,Atlas, 2009.
- VAN CREVELD, Martin (2004). Ascensão e declínio do Estado. SP: Martins Fontes.
- VISUALIZING THE 94 TRILLION WORLD ECONOMY IN ONE CHART. Visualcapitalist.2021. Disponível em: < <https://www.visualcapitalist.com/visualizing-the-94-trillion-world-economy-in-one-chart/> >. Acesso em: 22/02/2022.